UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – HABILITAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS: UM ESPAÇO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVO

AMABILE COSTA

FLORIANÓPOLIS
2017

AMABILE COSTA

BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS:

UM ESPAÇO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Biblioteconomia-Habilitação em Gestão da Informação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Biblioteconomia.

Orientadora: Profª. Drª. Daniella Camara Pizarro.

FLORIANÓPOLIS

2017

C837b

Costa, Amabile

Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo / Amabile Costa. – 2017.

79 f. : il.

Orientadora: Daniella Camara Pizarro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Graduação em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação, Florianópolis, 2017.

1. Bibliotecas prisionais. 2. Penitenciária de Florianópolis. I. Pizarro, Daniella Camara. II. Título

AMABILE COSTA

BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS:
UM ESPAÇO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia, do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Banca examinadora:

Orientadora:

Professora Doutora Daniella Camara Pizarro
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Avaliadores:

Professora Doutora Fernanda de Sales
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Professor Doutor Paulino de Jesus Francisco Cardoso
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Florianópolis, 05 de Dezembro de 2017.

À minha mãe, Clarionice.
À minha avó, Alzira e meu avô, Lauro (*in memorian*).
À minha tia, Keli e ao meu tio, Anderson.
Às minhas primas, Maryáh e Pollyana.
Por toda paciência, carinho, amor e afeto nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Começarei agradecendo a minha mãe, Clarionice Muller. Mãe, muito obrigada por todo o apoio, amor, carinho, afeto, orientações, conselhos, horas sem dormir, por me tranquilizar, por estar presente, por me dar todo o suporte para que eu concluísse a graduação com sucesso. Obrigada por existir!

Agradeço imensamente a minha tia, Keli Muller e ao meu tio, Anderson Koerich. Pela paciência, amor e carinho, pelas corridas na Universidade para me acudir quando foi necessário, por acreditar em mim, por estarem presente e pelo auxilio em relação a toda a minha vida acadêmica.

Agradeço também as minhas primas, Maryáh Koerich e Pollyana Koerich. Pelos momentos juntas, pelas tatuagens, pelos seriados, pelas comidas, pelas risadas, pelas músicas, pelos sustos, pelo amor e afeto que vocês proporcionam a mim. Aproveito para avisa-las que daqui alguns anos, eu estarei presenciando a escrita do TCC e a entrada na graduação, respectivamente. Mexeu com uma, mexeu com todas.

Ao Professor Paulino Cardoso, agradeço imensamente as orientações, aos ensinamentos, aos conselhos, as contribuições, as oportunidades, pela paciência, pelas conversas nos cafés, por me apresentar a academia, por acreditar em mim, por me dar suporte, por estar presente sempre que precisamos. Obrigada por estar presente em vários ciclos de minha vida, pelos anos de NEAB-UDESC que passaram e que estão por vir!!

À Professora Daniella Pizarro, gratidão por acreditar em mim, por aceitar me orientar, pelos conselhos, por estar comigo nessa empreitada, pelas orientações, pelo afeto, por toda paciência comigo. E por ser além de orientadora, minha amiga.

Agradeço à Professora Geysa Abreu, por me dar a oportunidade de participar do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade. Agradeço também ao Professor Vicente Concilio, por me auxiliar nas pesquisas das bibliotecas prisionais internacionais. Agradeço também à Professora Caroline Kern e ao Joel Nunes, pelo apoio e parceria.

À Franciéle Garcês, por ser minha mãe neabiana. Por estar presente sempre me falando que tudo irá dar certo, por me auxiliar na revisão deste TCC, por apresentar métodos alternativos para que tudo desse certo. Obrigada por me auxiliar neste momento e nos próximos que estão por vir.

À Carol Carvalho, pela disponibilidade em revisar a maioria dos meus capítulos, fazer sugestões, dar conselhos, estar comigo e me acalmando, por solucionar minhas dúvidas e me dar alternativas para que este trabalho ficasse o melhor possível.

Ao NEAB-UDESC, gratidão por vocês estarem comigo sempre! Gratidão pela paciência, pelo amor, carinho, afeto, pela calmaria, por me proporcionar a ida a eventos, pelas pesquisas, por me auxiliar a focar neste TCC, pelas broncas, conselhos, ensinamentos, pelos cafés, pelas risadas, pelos abraços, por estar presente no meu crescimento acadêmico e profissional, por ser família. Gratidão à: Renata Schlickmann; Grazi Lima; Karla Rascke; Ana Ju Pacheco; Ticiane Abreu; Moroni Nunes; Ana Marquevicz; Andreia Silva; Tamna Amandio; Sandra Fontes; Maíra Pires; Mariah Amanda; Carina Santiago; Lisandra Barbosa; Hilton Pinheiro; Cristiane Mare; Mônica Nascimento; Michelle Stakonski; João Doneda; Gabrielle Dutra; Vinícius Trilha; Maria Eduarda Quirino; Mariana Probst; Daniela Rieg; Náthally Custódio; Maria Carolina Martini; Mariana Vitória; Stéfani Zanetti; Gabriela Rocha e Celina Medeiros.

Às minhas filhas do NEAB-UDESC: Gisele Karine; Lyara Moschen; Guilherme Porte; Thais Lima; Emily Lenóra; Priscyla Silva e Juliana Costa por todo apoio, risadas, comprometimento, por estarem presente para me auxiliar suprindo todas as demandas que foram surgindo.

Às minhas professoras do curso de Biblioteconomia habilitação em Gestão da Informação da UDESC, obrigada por me incentivarem a continuar, pelos conselhos e pelos ensinamentos. Em especial a Professora Lani Lucas, por ter me auxiliado, me apoiado, disposto do seu tempo, pelos conselhos e parcerias.

Gratidão à Professora Fernanda de Sales, por aceitar e estar presente na banca avaliadora deste TCC, pelos conselhos, orientações, por evidenciar as dúvidas e dar apoio nesse ciclo que está se fechando.

Agradeço imensamente ao Lucas Mendes, à Marcela Gaspar e à Jéssica Layne pelo apoio nos momentos difíceis e de quanto descobrimos que nada é fácil na graduação. Agradeço pela sabedoria, amor e carinho por mim. Pela paciência e por me acalmar o suficiente quando a crise de ansiedade estava presente. Vocês são demais!

Por fim, e não menos importante FORA TEMER.

MULHER DE LUTA

Nos caminhos da vida, que presente te encontrar
Poetisa amiga, gratidão por me inspirar

Quando eu crescer, quero ser meio você
Quando eu crescer, quero ser meio você

Com muita força e amor, alma que brilha inquieta

Mulher de luta sim senhor, Mulher de Luta sim senhor

Andava na rua debaixo do sol

Vi Maria trabalhava empurrando um carro de mão com garrafas de plástico seu rosto rasgado pelo tempo dizia tudo.

Que destino é esse

Que palavra é essa

Que destino tem Maria que trabalha, trabalha, trabalha e não tem destino certo se tem pão na mesa, ou não, se morre amanhã, com bala perdida se morre com cova certa ou indigente se morre na fila de hospital público, sem convênio privado, se o traste que mora em casa lhe dá um tapa um soco, um murro na cara pra onde vai, pra onde vamos, uma casa de passagem? Uma tia, uma vizinha?
ou não!

Fica aguentando, aguentando até vir outro murro
que destino que tem a minha gente? Cadê Claudia
cadê Jacira, C-A-D-Ê e essas Marias que cá estão
pobres, aborteiras e putas. Destino de Maria é ser
Maria de luta!
Ah quando essas Marias todas se ajuntar
sapatão, trans, viadas, pretas, brancas
vermelhas, amarelas e todas outras coloridas da mesma classe!
Punhos erguidos, pedras e sonhos nas mãos, seremos todas
MARIAS DA REVOLUÇÃO!

Dandara Manoela e Ingrid Maria

RESUMO

COSTA, Amabile. **Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis**: Um Espaço Sociocultural e Educativo. 2017. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2017.

Este trabalho versa sobre as manifestações de importância dos colaboradores do complexo penitenciário de Florianópolis no que tange a sua Biblioteca. A pesquisa tem como fundamentação conceitual aspectos relevantes ao sistema prisional brasileiro, as características das instituições penais e da comunidade carcerária. Além disso, apresenta as legislações presentes no Brasil referente à educação prisional e às bibliotecas prisionais. Também, aponta-se conceitos, características, definições e objetivos das bibliotecas prisionais no Brasil e nos seguintes países: Estados Unidos da América, Canadá, Polônia, Reino Unido, Alemanha, Japão, Chile e Escandinávia. Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é decritiva, exploratória, bibliográfica e qualitativa. Utilizou-se um questionário para coleta e para análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo de Bardin, com três categorias: Vivências e experiências nas bibliotecas, percepção em relação a biblioteca da Penitenciária de Florianópolis e papel social da biblioteca e atendimento as apenadas. Como resultados ressalta-se que os colaboradores destacam a importância da Biblioteca tendo em vista a organização do seu acervo e o empréstimo de livros, na remição da pena por meio da leitura e ainda, possuem consciência de que a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis tem como público-alvo principal os reeducandos do Complexo e tem relevante papel educativo, social e cultural.

Palavras-chave: Bibliotecas Prisionais. Penitenciária de Florianópolis. Remição da pena por meio da leitura.

ABSTRACT

COSTA, Amabile. **Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis**: Um Espaço Sociocultural e Educativo. 2017. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2017.

This paper deals with the manifestations of importance of the collaborators of the penitentiary complex of Florianópolis with regard to its Library. The research has as conceptual foundation aspects relevant to the Brazilian prison system, the characteristics of the penal institutions and the prison community. In addition, it presents the legislation in Brazil regarding prison education and prison libraries. Also, concepts, characteristics, definitions and objectives of prison libraries in Brazil and in the following countries are indicated: United States of America, Canada, Poland, United Kingdom, Germany, Japan, Chile and Scandinavia. Regarding the methodological procedures, the research is descriptive, exploratory, bibliographical and qualitative. A questionnaire was used to collect and to analyze the data. Bardin's content analysis was chosen, with three categories: Experiences and experiences in libraries, perception in relation to the library of the Penitentiary of Florianópolis and social role of the library and attending to the grievances . As a result, the collaborators emphasize the importance of the Library in order to organize its collection and loan books, in remission of the sentence through reading, and are aware that the Library of the Penitentiary of Florianópolis main target audience is the re-education of the Complex and has a relevant educational, social and cultural role.

Keywords: Prison Libraries. Penitentiary of Florianópolis. Remission of the sentence by reading.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Penitenciária de Florianópolis 24
Figura 2 - Colônia Penal Agrícola da Palhoça 25
Figura 3 - Casa do Albergado de Florianópolis 25
Figura 4 - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis 26
Figura 5 - Centro de Observação de Ceará 26
Figura 6 - Cadeia pública de São Joaquim/SC 27
Figura 7 - Abertura do 34º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina 38
Figura 8 - Mesa de abertura do I Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional 39
Figura 9 - Lançamento da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais 39
Figura 10 - Mesa redonda intitulada Biblioteca no Cárcere: direito negligenciado há três décadas 40
Figura 11 - Mesa redonda Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas – as bibliotecas prisionais 41
Figura 12 - Os internos da Jessup Correctional Institution (JCI) utilizam bases de dados legais e gerais 43
Figura 13 - Biblioteca da Penitenciária de Kingston, Ontorio no Canadá 44
Figura 14- Biblioteca da Prisão Rakowiecka, Warsaw na Polônia 45
Figura 15 - Biblioteca da Prisão de Münster na Alemanha 47
Figura 16 - Biblioteca prisional da Noruega 51
Figura 17 - Organograma DEAP 55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Espaços de privação de liberdade catarinense.....28
Quadro 2 - Resultado pesquisa em repositórios digitais e base de dados.....31
Quadro 3 - Quantidade de materiais no acervo das bibliotecas prisionais.....36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACA	American Correctional Association
ACB	Associação Catarinense de Bibliotecários
BDTD	Base de Dissertações e Teses
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CBBP	Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais
CEART	Centro de Artes
CEJA	Centro de Educação para Jovens e Adultos
CD	*Compact Disc*
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CFR	Conselho Federal de Biblioteconomia
CILIP	*Chartered Institute of Library and Information Professionals*
COT	Centro de Observação e Triagem
CRA	Centro de Recurso de Aprendizagem
CSC	Serviço Correcional do Canadá
CTT	Centro de Triagem da Trindade
DEAP	Departamento de Administração Prisional
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DIBAM	Direção de Biblioteca e Museu
DVD	*Digital Versatil Disc*
ECH	Expressões-chaves
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificado de Competência
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERAA	Espaço de Referências Ações Afirmativas
EUA	Estados Unidos da América
FAED	Centro de Ciências Humanas e da Educação
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
GERED	Gerência Regional de Educação

HCTP	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	*International Federation of Library Associations and Institutions*
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
JCI	*Jessup Correctional Institution*
LEP	Lei de Execução Penal
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LSCA	Lei de Serviços e Construção de Bibliotecas
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
PIRAL	Projeto de Inclusão do Recluso a Leitura
PPGT	Programa de Pós-Graduação em Teatro
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade
SC	Santa Catarina
SCIELO	*Scientific Electronic Library Online*
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade Prisional Avançada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
2 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO 21
2.1 LEGISLAÇÃO 27
2.2 SISTEMA PRISIONAL CATARINENSE 28
3 BIBLIOTECAS PRISIONAIS 31
3.1 BIBLIOTECAS PRISIONAIS INTERNACIONAIS 41
3.1.1 Estados Unidos da América 41
3.1.2 Canadá 43
3.1.3 Polônia 44
3.1.4 Reino Unido 45
3.1.5 Alemanha 46
3.1.6 Japão 47
3.1.7 Chile 48
3.1.8 Escandinávia 49
4 BIBLIOTECA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS 54
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 59
5.1 TIPO DE PESQUISA 59
5.2 UNIVERSO DA PESQUISA 59
5.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO 60
5.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 61
6 A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS SEGUNDO SEUS COLABORADORES 62
6.1 VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS EM BIBLIOTECAS 62
6.2 PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO À BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS 63
6.3 PAPEL DA BIBLIOTECA E ATENDIMENTO ÀS APENADAS 65
6.4 IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS 66
7 CONCLUSÃO 69
REFERÊNCIAS 71
APÊNDICE 78

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro é constituído por meio de direitos e deveres, tanto das reeducandas[1] para com o sistema prisional, quanto do sistema prisional para com as reeducandas[2]. Esses direitos e deveres estão instituídos nas seguintes Leis Federais: de Execução Penal nº 7.210 de 1984 (BRASIL, 1984); nº 12.433 de 2011 (BRASIL, 2011); nº 13.163 de 2015 (BRASIL, 2015) e Remição de Pena pela Leitura.

De acordo com Lopes, Pires e Pires (2014) e Brasil (1984) existem sete tipos de espaços destinados à restrição de liberdade no Brasil, são: Penitenciária, Colônia Penal Agrícola, Casa do Albergado, Hospital de Custódia, Centro de Observação, Cadeia Pública e Presídio. Neste trabalho, dos espaços citados anteriormente, abordaremos sobre as Penitenciárias masculinas e femininas do Estado de Santa Catarina (SC) cada uma com suas especificidades, onde as reeducandas já foram condenadas e deverão cumprir a pena determinada pela justiça.

O sistema prisional estadual de Santa Catarina conta com sete Penitenciárias espalhadas por toda sua extensão. Em uma pesquisa, com o objetivo de verificar quais penitenciárias do Estado supracitado apresentam bibliotecas e bibliotecárias, realizada por Costa et al. (2016, p. 8) obteve, na época, o seguinte resultado: das sete penitenciárias, cinco responderam ao questionário enviado. Dentre as perguntas questionadas, uma era "em relação à presença de biblioteca nos espaços de privação de liberdade, apenas quatro apresentam bibliotecas estruturadas e uma está em construção", outra era em relação a presença de bibliotecárias e nenhuma possuía até o final da pesquisa.

Em conformidade com Carvalho (2015, p. 40), as bibliotecas prisionais

> Têm por objetivo estimular a leitura, assegurar a democratização do acesso aos livros, bem como servir de apoio para aqueles que estudam dentro da prisão, percebe-se o quanto a biblioteca, naquelas unidades em que já existem, podem desempenhar papel extremamente importante no contexto de ressocialização do preso assim como auxiliar no enriquecimento do preso.

De acordo com Cabral (2010), as bibliotecárias atuando dentro destes espaços instituem um elo entre leitoras e informação, assim proporciona e cumpre a função das bibliotecas prisionais.

---

[1] No presente trabalho utilizaremos a linguagem no gênero feminino, exceto nas citações e nas análises e resultados. O motivo dessa escolha além da posição política da autora é, a existência de "um uso sexista da língua na expressão oral e escrita (nas conversações informais e nos documentos oficiais) que transmite e reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre os sexos em cada sociedade e que é utilizado em todos os seus âmbitos" (FRANCO; CEVERA, 2006, p.5).

[2] Pessoas que estão em espaços de privação de liberdade.

Este trabalho versa sobre aspectos relacionados à Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis e aborda o seguinte problema de pesquisa: qual a manifestação das colaboradoras em relação à importância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis[3] como espaço educacional e sociocultural?

Para isso, contamos com o seguinte objetivo geral: levantar a manifestação das colaboradoras sobre a importância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis enquanto espaço educacional e sociocultural. Portanto, ancorada nos objetivos específicos, pretendo:

a) Descrever o histórico da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis;
b) Descrever as atividades da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis;
c) Identificar as colaboradoras e suas funções no Complexo Penitenciário de Florianópolis;
d) Contextualizar as Bibliotecas Prisionais no Brasil e no mundo, segundo a literatura da área;
e) Apresentar as manifestações das colaboradoras sobre a importância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis.

A escolha deste espaço partiu da realização do meu[4] Estágio Curricular Obrigatório, disciplina da sétima fase do curso de Biblioteconomia - habilitação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em que tive a oportunidade de classificar, catalogar, organizar e sinalizar o acervo. Além de conversar com algumas leitoras para poder compreender seus gostos literários, selecionar livros para enviar a algumas alas do Complexo Penitenciário de Florianópolis, empréstimo, devolução, renovação, separação de materiais que irão para descarte e desbaste, inserção de livros no *software*[5], reorganização do layout físico, utilização do expositor para dar destaque às obras, disseminação seletiva da informação, entre outros.

A Biblioteca está vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis, localizado no bairro Agronômica, atendendo algumas extensões que compõe o Complexo, como por exemplo, o Centro de Observação e Triagem (COT) e o Presídio masculino. A definição de estagiar nesta Biblioteca veio a partir das minhas visitas à mesma, por meio do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade, onde atuei como bolsista de extensão.

[3] Apresentaremos ainda neste trabalho um capítulo sobre a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis.
[4] Por ser um trabalho científico que possuí abordagem fenomenológica contará com a linguagem escrita em primeira e terceira pessoa.
[5] Na Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis é utilizado o *software* Biblivre.

Dito isso, ressalto que a escolha do tema desta pesquisa surgiu no primeiro semestre de 2016, a partir de um vídeo transmitido na disciplina Fontes de Informação, ministrada pela professora Daniella Camara Pizarro, onde a bibliotecária Catia Lindemann relatava sua experiência com as bibliotecas das Penitenciárias do Rio Grande do Sul, houve então um encantamento pelas bibliotecas prisionais. Além disso, enquanto discente do curso de Biblioteconomia com Habilitação em Gestão da Informação, em minha trajetória acadêmica, fiz parte do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros[6] (NEAB), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), desde o primeiro semestre de 2014 até os momentos finais do curso. Fiz parte de projetos de extensão vinculados ao mesmo, como o Espaço de Referência Ações Afirmativas (ERAA), Centro de Memória das Populações de Origem Africana em Santa Catarina, e os projetos que fundamentaram esta pesquisa: a Biblioteca de Referência NEAB-UDESC e o Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade[7].

A Biblioteca de Referência NEAB-UDESC, criada em 2003 é uma biblioteca especializada na temática africana e afro-brasileira, possui um amplo acervo físico contendo suportes informacionais, tais como: livros, teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso, especializações, periódicos, *Digital Versalite Disc* (DVD), *Compact Disc* (CD) e documentos dos arquivos públicos e privados de Florianópolis. (CARDOSO; SILVA, LIMA, COSTA, 2015; CARDOSO; SILVA; COSTA; LIMA, 2015; CARDOSO; GARCÊS; LIMA, 2014).

No primeiro semestre de 2016, atuei como bolsista de extensão voluntária do Programa Novos Horizontes: a universidade nos espaços de privação de liberdade. Em diálogo com a Professora Doutora Geysa Spitz Alcoforado de Abreu, vinculada ao departamento de Pedagogia da UDESC e coordenadora, em 2016-2017, do Programa que surgiu

> A partir de uma palestra organizada por alunas da disciplina 'Currículo e Contemporaneidade' que eu ministrava. O grupo estava tratando de Direitos Humanos e me pediram autorização para trazer o Joel8. Uma das estudantes (já formada em Serviço Social) era supervisora de estágio do mesmo. Joel nos questionou (a UDESC) por que a UFSC que é Federal promovia o vestibular dentro do Sistema (que é estadual) e a UDESC não fazia isso.

[6] Coordenado pelo Professor Doutor Paulino de Jesus Francisco Cardoso vinculado ao departamento de História da UDESC.

[7] A seguir apresentaremos as ações que compõe o Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade.

[8] Ex egresso do sistema prisional de Santa Catarina, graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde cursou enquanto cumpria parte de sua pena. As informações divulgadas neste TCC foram autorizadas pelo mesmo.

O programa é composto por quatro ações: 1. Projeto INCLUIR: tem como objetivo o acesso, permanência e a implementação de políticas inclusivas na UDESC para reeducandas e egressas do sistema prisional catarinense no Ensino Superior; 2. Formação compartilhada no contexto da educação prisional[9]: é o desenvolvimento de formações para funcionárias do sistema prisional de Florianópolis/SC; 3. Biblioteca como espaço cultural e socioeducativo nas unidades penais[10]: organização do acervo bibliográfico e desenvolvimento de uma política de coleções para a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis e o 4. I Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional[11]: vem com o objetivo de apresentar e discutir experiências relacionadas à educação prisional (ABREU, 2017).

Diante disso, este trabalho busca contribuir para a conscientização em relação à importância das bibliotecas e das bibliotecárias nos espaços de privação de liberdade. Portanto, em conformidade com Costa et al. (2016), desejo fazer com que as profissionais da informação prestem atenção nos espaços, neste caso de privação de liberdade, já que não existe ainda nenhuma vaga para atuação de bibliotecárias no sistema penal brasileiro. Neste sentido, dar visibilidade às populações carcerárias marginalizadas pela sociedade. Ademais, tornar as pessoas conscientes do seu papel social em relação às reeducandas e sabedouras das legislações que abrangem os ambientes do cárcere.

Por questões de falta de viabilidade e tempo hábil, não foi possível realizar as entrevistas com as reeducandas e, portanto, a pesquisa se focou nas colaboradoras do Complexo Penitenciário de Florianópolis, o que também é importante, uma vez que a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis faz parte da instituição e é frequentada e gerida por suas colaboradoras. As entrevistas com as reeducandas acontecerão em projetos futuros.

Além disto, uma pesquisa foi realizada[12] em busca de materiais científicos, no repositório institucional de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no acervo *online* da Biblioteca Central da UDESC, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), na *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e na Base de Dissertações e Teses (BDTD). Os resultados desta pesquisa serão apresentados na segunda seção deste material.

[9] Ação coordenada pela Professora Doutora Caroline Kern.
[10] Ação coordenada pela Professora Doutora Daniella Camara Pizarro, do departamento de Biblioteconomia da UDESC.
[11] Ação coordena pela Professora Doutora Geysa Spitz Alcoforada de Abreu; pelo Professor Doutor Paulino de Jesus Francisco Cardoso; pela Professora Doutora Daniella Camara Pizarro e pelo Professor Doutor Vicente Concilio do departamento de Arte Cênicas da UDESC.
[12] Com o intuito de verificar as publicações referente a temática nessas bases de dados e repositórios.

Por fim, acredito que neste Trabalho de Conclusão de Curso, a discussão sobre a temática supracitada poderá fazer a diferença dentro dos espaços de privação de liberdade e fora dos mesmos. E por isso, a presença de uma bibliotecária dentro das Bibliotecas Prisionais auxiliará no incentivo à leitura, na inscrição e participação das reeducandas nos vestibulares disponibilizados a cada Penitenciária, na participação das escolas que atuam dentro das mesmas trabalhando com ações culturais em dias de visitas, distribuição de materiais, organização do conhecimento, gestão dessa unidade, etc.

Este trabalho é composto pela seguinte estrutura: Seção um - sistema prisional brasileiro, onde relatamos as características das instituições penais e da comunidade carcerária. Além disso, apresentamos as legislações presentes no Brasil referente à educação prisional, às bibliotecas prisionais e às características do sistema prisional e comunidade carcerária catarinense; Seção dois – bibliotecas prisionais, nesta seção apontamos os conceitos, características, definições e objetivos das bibliotecas prisionais. Também exibiremos as bibliotecas prisionais internacionais dos seguintes países: Estados Unidos da América, Canadá, Polônia, Reino Unido, Alemanha, Japão, Chile e Escandinávia; Seção três – Biblioteca do Complexo Penitenciário de Florianópolis, apontaremos a estrutura e característica do Complexo, o histórico da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis e suas atividades; Seção quatro - procedimento metodológico, descrição da minha metodologia, tipo e universo da pesquisa, coleta e análise dos discursos, categorias: Vivências e experiências nas bibliotecas, percepção em relação a biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, papel social da biblioteca e atendimento as apenadas e a importância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis; Seção cinco – percepções e importância da Biblioteca para essas colaboradoras e as funções dessas colaboradoras; e por fim, considerações finais.

2 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Nesta seção, apresentaremos aspectos referentes aos dados do sistema prisional e da comunidade carcerária brasileira e catarinense, contemplando os tipos de estabelecimentos penais, suas estruturas, características e legislações vigoradas. Os dados apresentados nesta seção foram retirados do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN disponível no ano de 2014 e 2017. O relatório apresenta informações sobre os espaços de privação de liberdade e da comunidade carcerária brasileira.

A população carcerária brasileira é a terceira maior do mundo. Em quatorze anos, a taxa de aprisionamento aumentou 157%, compostas por 726.712 reeducandas, distribuídas em 1422 unidades prisionais, sendo quatro delas em âmbito federal. Os espaços de privação de liberdade estão estruturados por vagas. A maioria das unidades é masculina (74%); em seguida, estão às unidades mistas (17%) e por último, as unidades femininas (7%).

A entrada de pessoas no cárcere é maior do que a saída. Referente à entrada, no primeiro semestre de 2016 houve um total de 266.133, desse total, 247.859 são homens e 18.274 são mulheres. Com relação às saídas das pessoas, houve um total de 193.789, desse total, 180.366 masculino e 13.423 feminino (SANTOS, 2017).

As características predominantes na população carcerária são jovens, entre 18 a 24 anos (30%), solteiras (60%) e não têm filhas (41%), não possuem o ensino fundamental (51%), o crime mais praticado é o tráfico de entorpecentes (27%), o cumprimento da pena é de até oito anos (53%) e são negras (64%) (SANTOS, 2017).

Dentro destes espaços, podemos destacar algumas considerações a respeito da saúde e educação. No Brasil, possuímos a Norma nº 9050 de 2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que informa as características para adaptações de ambientes para pessoas deficientes (ABNT, 2004). Neste caso, por meio das estatísticas, é possível perceber o descumprimento da Norma dentro dos espaços de privação de liberdade, pois 64% das pessoas com deficiências estão em unidades não adaptadas; 25% estão em unidades parcialmente adaptadas e 11% estão em unidades adaptadas.

O sistema prisional brasileiro é composto por 4130 homens e 220 mulheres com diversos tipos de deficiências, dentre elas, encontram-se: as físicas, intelectuais, auditivas, visuais e múltiplas.

Em relação à educação, 31 unidades prisionais apontam reeducandas estudando, 661 estão matriculadas em programas de remição pela leitura e 178 em programas educacionais complementares (MOURA; RIBEIRO, 2014). Neste trabalho, destacaremos também o papel

da educação como forma de emancipação, haja em vista que reeducandas têm a oportunidade de prestar o vestibular para Universidades públicas e particulares, por meio de iniciativas como, em Santa Catarina, o Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), entre outras.

O sistema prisional brasileiro constitui-se, portanto, em ambientes públicos (92%) e privados (8%); 67.176[13] funcionárias; serviços terceirizados (58%), tais como alimentação, limpeza, saúde, entre outros; sala para serviço social (62%); sala de aula (50%); atendimento psicológico (56%); unidades com módulo de saúde (37%); serviço jurídico gratuito (40%); serviço por meio da defensoria pública (63%); oficinas de trabalho (78%); não dispõe de sala de videoconferência (95%) (MOURA; RIBEIRO, 2014) e bibliotecas (626 unidades) sem bibliotecária (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

Ademais aspectos supracitados, destacamos que em conformidade com Brasil (1984, p. 1) "Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política" dentro dos espaços de privação de liberdade. Mas, em 2016 Juan Ernesto Méndez, relator da Organização das Nações Unidas (ONU) produziu o relatório sobre a prática frequente de tortura e maus tratos nos presídios brasileiros. No relatório fica evidenciado é evidente o que a população negra enfrenta dentro destes espaços, como: "maior encarceramento em massa, abuso policial, tortura e maus-tratos, negligência médica, de serem mortos pela polícia, receber sentenças maiores que os brancos pelo mesmo crime" (MÉNDEZ, 2016, p. 1) e, portanto, aponta que o racismo estrutural[14] está presente, que faz a sociedade pensar no quanto a democracia é para todas.

Nesse sentido, o racismo fundamenta "a ideia de superioridade da raça branca sobre outras, constituindo – se como uma rede complexa de atitudes e ações sociais para discriminar negativamente um grupo social" (CARDOSO; RASCKE, 2014, p. 17).

Em entrevista, Luciano Góes[15] discorre sobre o racismo estrutural no sistema penitenciário

[13] Sem o resultado de São Paulo (não respondeu esse dado) e o do Rio de Janeiro (os dados foram encaminhados com alguns erros).

[14] "O racismo institucional opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial" (GELÉDES INSTITUTO DA MULHER NEGRA, 2006, p. 19).

[15] Professor do Centro Universitário Estácio de Santa Catarina e coordenador do núcleo jurídico do projeto de extensão Vicente do Espírito Santo - S.O.S Racismo, e Professor de Direitos Humanos e Direito Penal do curso Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Penal e Processual Penal, do Centro Universitário Católica de Santa Catarina. As informações foram retiradas da Plataforma Currículo Lattes.

> Sendo o direito penal racista, já que é um instrumento de controle racial de um país ontologicamente racista, seletivo e excludente por natureza, sua funcionalidade, como já deixou explícito o acúmulo criminológico crítico, é reduzida a um número muito pequeno de ações criminalizadas, selecionadas dentro de um imenso rol de condutas identificadas, a princípio, como ilícitas, cuja criminalização vende a imagética segurança pública, promessa messiânica do direito penal, para a população em geral, inclusive à população negra. Se analisarmos os dados da nossa população encarcerada, veremos que essa população foi condenada ou acusada de cinco delitos, praticamente, crimes relacionados às substâncias selecionadas como ilícitas e crimes contra o patrimônio. É uma questão de economia punitivista, já que não se pode criminalizar todos os crimes (ação contrária a norma penal, equação que faria de todos nós, criminosos, em algum momento de nossas vidas), direciona-se os recursos (material e humano) para as áreas onde os crimes serão encontrados facilmente, ou construídos facilmente, eis que nas margens da nossa margem, além do "elemento suspeito", as ações paralelas são a regra, pois jamais em áreas nobres das cidades brasileiras, policiais invadirão as casas sem cumprir as formalidades legais, enquanto que nos morros, isso é a rotina e a população negra não pode sequer questionar os policiais, por exemplo, sob pena de ser presa por desacato, ou morta, homicídio legitimado pela "resistência à prisão". De qualquer forma, a docilidade objetivada no escravismo, ainda é exigida (EMPÓRIO, 2017, p. 3).

A seguir, apresentaremos conceitos sobre os estabelecimentos penais e os tipos de regimes existentes no Brasil.

De acordo com Lucas (1838, p.123 apud FOUCAULT, 2014, p. 228), a prisão é a disposição da liberdade da pessoa e do tempo da reeducanda

> A partir daí, concebe-se a potência da educação que, não em só um dia, mas na sucessão dos dias e mesmo dos anos, pode regular para o homem o tempo da vigília e do sono, da atividade e do repouso, o número e a duração das refeições, a qualidade e a ração dos alimentos, a natureza e o produto do trabalho, o tempo da oração, o uso da palavra e, por assim dizer, até o do pensamento, aquela educação que, nos simples e curtos trajetos do refeitório à oficina, da oficina à cela, regula os movimentos do corpo e até nos momentos de repouso determina o horário, aquela educação, em uma palavra, que se apodera do homem inteiro, de todas as faculdades físicas e morais que estão nele e do tempo em que ele mesmo está.

O cárcere[16] brasileiro é constituído por tipos diferentes de estabelecimentos de privação de liberdade, cada um contendo suas especificidades. No Brasil, como já citado anteriormente, contamos com sete, são eles: penitenciária, colônia penal agrícola, casa do albergado, hospital de custódia, centro de observação, cadeia pública e presídios. Além de ser composto por três regimes prisionais: fechado, semi-aberto e aberto.

O regime fechado é cumprido em estabelecimentos de segurança máxima ou média, com pena superior a oito anos. A apenada poderá trabalhar "no período diurno e isolamento durante o repouso noturno" (BRASIL, 1940, p. 13). Enquanto que o regime semi-aberto, é aplicado a condenações com pena superior a quatro anos e que não passe de oito. A condenada trabalhará "no período diurno, o trabalho externo é admissível, bem como a

[16] Espaços de privação de liberdade.

frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior" (BRASIL, 1940, p. 13). E, o regime aberto, é desempenhado em condenações igual ou menor que quatro anos. "Baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado" (BRASIL, 1940, p.13). A seguir, apresentaremos os espaços de privação de liberdade presentes no Brasil e suas características.

A penitenciária é destinada as pessoas que já tiveram a condenação determinada e contempla os três regimes prisionais. "O condenado será alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório" (LOPES; PIRES; PIRES, 2014, p.1). As penitenciárias são divididas em masculina, com as características citadas a cima, e a feminina onde conta com mais algumas particularidades, tais como: "seção para gestantes e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de seis meses e menores de sete anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa" (LOPES; PIRES; PIRES, 2014, p.1).

Figura 1 - Penitenciária de Florianópolis

Fonte: Departamento de Administração Prisional – DEAP/SC (2007).

A colônia penal agrícola é destinada às pessoas privadas de liberdade que estão em regime semi-aberto. Nesse espaço, os alojamentos são coletivos, a segurança é menor e os muros são mais baixos (BRASIL, 1984).

Figura 2 - Colônia Penal Agrícola da Palhoça

Fonte: Departamento de Administração Prisional – DEAP/SC (2014)

A Casa do Albergado, de acordo com Brasil (1984, p. 17), é onde ocorre o "cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana". É um espaço que conta com o local para que reeducandas possam se estabelecer, além de lugares para cursos, palestras e orientações.

Figura 3 - Casa do Albergado de Florianópolis

Fonte: Departamento de Administração Prisional – DEAP/SC (2007)

O Hospital de Custódia abriga pessoas em restrição de liberdade com alguma deficiência mental e/ou cognitiva. A reeducanda passa por todo o tratamento, incluindo exames, medicamentos, ambulatório, entre outros procedimentos médicos.

Figura 4 - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis

Fonte: Departamento de Administração Prisional – DEAP/SC (2007)

Em centros de observação são realizados exames criminológicos e posteriormente os encaminhamentos relacionados com o destino das reeducandas, como por exemplo, a ida para outros estabelecimentos penais.

Figura 5 - Centro de Observação de Ceará

Fonte: Secretária da Justiça e Cidadania – Governo do Estado do Ceará (2014)

A cadeia pública e presídios são espaços destinados às detentas provisórias, quando ainda não foram julgadas pela justiça.

Figura 6 - Cadeia pública de São Joaquim/SC

Fonte: São Joaquim Online (2009)

No Brasil, as prisões emergiram a partir do início do século XIX, ao longo dos anos, em 1890 foi divulgado o Código Penal Brasileiro que expõe especificidades do sistema, incluindo a pena por meio da restrição de liberdade; a prisão disciplinar e com trabalho; abrange também o tempo de penalidade máxima de 30 anos; entre outros (MACHADO; SOUZA; SOUZA, 2013).

Apontaremos no próximo subcapítulo, as legislações vigoradas no Brasil direcionadas a educação no cárcere e a presença das bibliotecas.

2.1 LEGISLAÇÃO

Nesta subseção, apontaremos as principais legislações vigoradas, no Brasil, referente ao sistema prisional, à educação e às bibliotecas dentro do Sistema Prisional brasileiro e ao catarinense. A primeira é a Lei Federal de Execução Penal (LEP) nº 7.210, de 11 de julho de 1984, institui os direitos e deveres das reeducandas e do estado com o objetivo de "efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado" (BRASIL, 1984, p. 1).

A LEP é dividida em capítulos, seções e artigos. O capítulo II "da assistência", seção V "da assistência educacional", artigo 17 diz que "a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado" (BRASIL, 1984, p. 3) além do artigo 21, inciso cinco, a lei apresenta a disponibilidade de bibliotecas, em condições legais, e seus acervos.

A segunda é a Lei Federal nº 12.433, de 2011, é a alteração dos artigos 126, 127, 128 e 129 da Lei Federal de Execuções Penais nº 7.210, explica também como serão os direitos e deveres das reeducandas através da Remição da pena por trabalho e por estudo em regime

fechado ou semi-aberto (BRASIL, 2011). A terceira Lei Federal é nº 13.163 de 2015, é a instituição do ensino médio dentro das Penitenciárias brasileiras, com isso há uma modificação na LEP nº 7.210. A quarta é a Lei Remição de Pena pela Leitura, é quando a reeducanda possuí o direito de remir sua pena por meio da leitura. Para ser implementado, o projeto dessa lei depende da aprovação do Juiz da Vara de Execuções Penais responsável pela região.

Segundo Fariello (2015), em relação à Pena de Remição pela Leitura, todas têm acesso aos livros comprados pelo governo e disponibilizados nas Penitenciárias. Logo após a leitura ser escolhida, as reeducandas poderão realizar a leitura e a escrita de uma resenha dentro de 21 a 30 dias. O limite para a utilização da Remição pela Leitura é até 48 dias no período de um ano.

2.2 SISTEMA PRISIONAL CATARINENSE

O Sistema Prisional catarinense, de acordo com Departamento de Administração Prisional (2017), é constituído por quinze Unidades Prisionais Avançadas (UPAS), uma Casa do Albergado, uma Colônia Penal Agrícola, um Hospital de Custódia, sete Penitenciárias e vinte e dois presídios espalhados pelo estado de Santa Catarina.

A seguir apontaremos os espaços de privação de liberdade catarinense, em que região estão localizadas e seus responsáveis. As informações para elaboração deste quadro foram retiradas do site do Departamento de Administração Prisional (DEAP).

Quadro 1 - Espaços de privação de liberdade catarinense

Nome	Região	Responsável
Unidade Prisional Avançada São Francisco do Sul	Norte	Flávio Brasil Ganciné
Penitenciária Industrial de Joinville	Norte	João Renato Schitter
Presídio Regional de Mafra	Norte	Helton Nelman Leal
Unidade Prisional Avançada de Porto União	Norte	Paulo Cleber Sabei
Presídio Regional de Joinville	Norte	Everton Ribeiro
Unidade Prisional Avançada de Canoinhas	Norte	Alexander Marcelo Costa
Presídio Regional de Jaraguá do Sul	Norte	Cristiano Castoldi
Penitenciária Industrial de Chapecó	Oeste	Felipe Carlos Filipiacki
Unidade Prisional Avançada de Maravilha	Oeste	Marcelo Rodrigo Langaro
Unidade Prisional Avançada de São José do Cedro	Oeste	Luiz Henrique Paludo
Presídio Regional de Xanxerê	Oeste	Marionice Soares Fávero

Unidade Prisional Avançada de Videira	Oeste	Julio César Santos
Unidade Prisional Avançada de São Miguel do Oeste	Oeste	André Paulo de Olliveira
Presídio Regional de Joaçaba	Oeste	Márcio Roberto Bossardi
Presídio Regional de Concórdia	Oeste	Rodrigo Laux Pastore
Presídio Regional de Chapecó	Oeste	Osmar de Jesus dos Santos
Presídio Regional de Caçador	Oeste	Antonio Cicero de Oliveira
Unidade Prisional Avançada de Campos Novos	Oeste	Evalcir Morais de Santos
Penitenciária Agrícola de Chapecó	Oeste	Felipe Carlos Filipiacki
Penitenciária Industrial de Blumenau	Vale do Itajaí	Cleverson Henrique Drechsler
Presídio Regional de Rio do Sul	Vale do Itajaí	Eduardo Weber Xavier
Unidade Prisional Avançada de Itapema	Vale do Itajaí	Gabriel Cechetto
Presídio Regional de Itajaí	Vale do Itajaí	Janaina Luciana Costa Ramos
Unidade Prisional Avançada de Indaial	Vale do Itajaí	Ricardo da Silva Morlo
Unidade Prisional Avançada de Brusque	Vale do Itajaí	Peterson Gean Bezutti
Presídio Regional de Blumenau	Vale do Itajaí	Daniel de Sena
Unidade Prisional Avançada de Barra Velha	Vale do Itajaí	Marcio Maia Crescencio
Presídio – Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí	Vale do Itajaí	Anderson Junior Mecca de Oliveira
Penitenciária – Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí	Vale do Itajaí	Juliano Stoberl
Penitenciária da Região de Curitibanos	Planalto Serrano	Vladecir Souza dos Santos
Presídio Regional de Lages	Planalto Serrano	Mario Machado Rosa
Presídio Masculino de Lages	Planalto Serrano	Paulo Roberto de Oliveira
Complexo Penitenciário do Estado – São Pedro de Alcântara	Grande Florianópolis	David Felipe dos Santos da Luz
Presídio Regional de Tijucas	Grande Florianópolis	Jean Carlos Pereira Carpes
Colônia Penal Agrícola de Palhoça	Grande Florianópolis	Everton Luiz de Oliveira Cardoso
Penitenciária de Florianópolis	Grande Florianópolis	Rodrigo Alves Teixeira
Casa do Albergado de Florianópolis	Grande Florianópolis	Ernani Cordeiro da Silveira
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	Grande Florianópolis	Márcio Goulart
Presídio Regional de Biguaçu	Grande Florianópolis	Marcelo Giovani Correia
Presídio Masculino de Florianópolis	Grande Florianópolis	Euclides de Souza
Presídio Feminino de Florianópolis	Grande Florianópolis	Daniele Rocha
Unidade Prisional Avançada de Laguna	Sul	Aderson Pinho Remor Filho
Unidade Prisional Avançada de Imbituba	Sul	Cristiano Duarte
Presídio Regional de Criciúma	Sul	Rodrigo Ferreira
Presídio Regional de Araranguá	Sul	Bárbara Santos de Souza
Penitenciária Sul – Criciúma	Sul	Maira de Aguiar Montegutti

Presídio Masculino de Tubarão	Sul	Milton de Oliveira Rech
Presídio Feminino de Tubarão	Sul	Juliana Borges Medeiros Ghisi

Fonte: Elaborado pela autora (2017) com base no site do DEAP

Em Santa Catarina, o sistema prisional, conforme o INFOPEN (2017) é composto por 13.870 vagas. A população carcerária catarinense é composta por maioria branca (56 %), um dos aspectos que influenciam essa estatística, é o fato da população catarinense ser majoritariamente branca, 89,3% de acordo com o censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), jovens com idade entre 15 a 29 anos, com o ensino fundamental incompleto (48%) e 50 reeducandas possuem algum tipo de deficiência física. O principal crime praticado no estado é o tráfico de entorpecentes (48,096%) (MOURA; RIBEIRO, 2014).

Os espaços de privação de liberdade de Santa Catarina dispõem de unidades de saúde (13280 unidades). Além de realizar outros atendimentos nesta área, tais como: consultas odontológicas (10339), exames e testagem (5401), cirurgias (61), vacinas (8915), procedimentos com sutura e curativos (11289) (MOURA; RIBEIRO, 2014).

No que se refere à educação prisional, em Santa Catarina é desenvolvida pelos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS) vinculadas as Gerências Regionais de Educação (GEREDS) por meio do Programa de Educação nos Espaços de Privação de Liberdade. A educação no cárcere é divido nas seguintes etapas: alfabetização, nivelamento, ensino fundamental e médio (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2012).

Em relação às pessoas em situação de restrição de liberdade que fazem parte de alguma atividade educacional, de acordo com a Secretária de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (2012), o estado catarinense conta com 11,2%. No quesito alfabetização, o ensino fundamental é constituído por 974 apenadas, o ensino médio por 426 pessoas e o ensino superior por 4.

Observa-se que existem uma variedade de espaços de privação de liberdade, cada uma com suas especificidades e peculiaridades. Além disso, as características das unidades prisionais brasileiras e sua população e expondo o racismo institucional que permanece nessas instituições. Em seguida, as legislações, pertencente a educação e a biblioteca, vigoradas no Brasil são apresentadas. Por fim, as instituições penais que compõe o estado de Santa Catarina e a atuação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos.

3 BIBLIOTECAS PRISIONAIS

Nesta seção, abordaremos questões referentes às bibliotecas prisionais, tais como, seu conceito e contexto, objetivo e documento normativo. Além de apresentar os tipos de bibliotecas existentes em todo o território brasileiro.

Realizamos uma breve pesquisa, em busca a fim de verificar a quantidade de materiais relacionados às bibliotecas prisionais nos seguintes repositórios e bases de dados: da UDESC, da UFSC, da BRAPCI, da SCIELO e da BDTD; utilizando sete palavras-chave selecionadas a partir do Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação, são elas: biblioteca prisional, biblioteca cárcere, biblioteca penitenciária, biblioteca prisão, biblioteca centro penitenciário e biblioteca para apenadas (PINHEIRO; FERREZ, 2014), também utilizamos Penitenciária de Florianópolis, onde está nosso universo da pesquisa. O recorte temporal foi de 2010 a 2017.

Analisamos nos materiais científicos, os termos de busca localizados no título, resumo e as palavras-chave. E obtivemos os resultados apresentados a seguir.

Quadro 2 - Resultado pesquisa em repositórios digitais e base de dados

Base de dados	Tipos de Materiais	Termos de busca	Quantidade[17]
UFSC	Trabalhos de Conclusão de Curso	Todos	2
UDESC	Nenhum material encontrado	Todos	Nenhum material encontrado
BRAPCI	Artigos	Biblioteca prisional	3
		Biblioteca cárcere	1
		Biblioteca penitenciária	2
		Biblioteca para presos	2
		Biblioteca prisão	1
		Penitenciária de Florianópolis	1
SCIELO	Artigos	Biblioteca prisional	1
		Biblioteca prisão	1
BDTD	Dissertações e Teses	Todos	Nenhum material encontrado

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Na UFSC e UDESC, a pesquisa foi direcionada aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Biblioteconomia. Enquanto que na BRAPCI e SCIELO a busca está direcionada aos artigos e na BDTD, às dissertações e teses.

[17] Alguns materiais repetem-se dependendo do termo de busca.

Em seguida, Costa et al (2016), apresentou uma pesquisa referente às bibliotecas e às bibliotecárias do Estado de Santa Catarina. Para essa pesquisa, foi enviado um questionário as sete Penitenciárias do Estado, com questões referentes à Lei de Remição de Pena pela Leitura, sobre a presença de bibliotecas e bibliotecárias nas instituições. Como resultado, das sete Penitenciárias, cinco responderam ao questionário. Dessas cinco, em 2016, quatro possuíam bibliotecas estruturadas e uma está em implementação e nenhuma conta com a presença de uma bibliotecária.

Com base nisso, podemos afirmar que os materiais científicos relacionados à temática são escassos. E assim, levantaremos as seguintes questões para reflexão: qual o motivo dessa escassez? É por falta de interesse da classe bibliotecária? É falta de informação, tais como: a importância da biblioteca prisional, a biblioteca prisional é um direito? Relato de experiência das bibliotecárias que já passaram por essas unidades? É o senso comum entre as bibliotecárias? É a falta de disseminação da informação sobre o tema? É a negligência das Universidades no que tange ao ensino de Biblioteconomia e/ou do Estado? Quais são os medos das bibliotecárias? Por que as associações ou conselhos de Biblioteconomia têm ignorado (ou desconhecido) o exposto na LEP de 1984?

Para compreendermos mais sobre o assunto, começaremos conceituando o que é biblioteca e suas variações. De acordo com Milanesi (2002, p. 15), a biblioteca

> Tem a função de preservar a memória - como se ela fosse o cérebro da humanidade, organizando a informação para que todo ser humano possa usufruí-la. Isso vai da biblioteca que se constrói para aqueles que se alfabetizam, até a biblioteca especializada para o homem de ciências.

Percebemos, então, que as bibliotecas contam com diversos serviços, funções e públicos e, para suprir as demandas necessárias são divididas em tipos, tais como: biblioteca pública; biblioteca pública temática; biblioteca comunitária; biblioteca nacional; biblioteca escolar; biblioteca universitária; biblioteca digital; biblioteca especializada; biblioteca especial.

As bibliotecas públicas, em conformidade com UNESCO (1994, p. 1) “é o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo o tipo de conhecimento”. Portanto, as bibliotecas públicas

> Baseiam-se na igualdade de acesso para todos [...]. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para usuários inaptos, por alguma razão, a usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes ou pessoas em hospitais ou prisões (UNESCO, 1994, p.1).

Salientamos que, as bibliotecas públicas brasileiras não estão cumprindo algumas determinações apresentadas no manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, como por exemplo, atender as pessoas que estão em situação de privação de liberdade e/ou em hospitais.

As bibliotecas públicas temáticas dispõem as mesmas características de uma biblioteca pública, porém apresentam um acervo referente a alguma temática ou público específico. Como por exemplo, biblioteca pública infantil (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2017).

As bibliotecas comunitárias possuem aspectos diferenciados das públicas, são unidades dentro de bairros/comunidades que irão auxiliar na necessidade informacional de um determinado público, nesse caso, geralmente as pessoas que são pertencentes aos bairros e seus entornos. Além de ser mantida com recursos arrecadados pela própria comunidade (FERREIRA; SILVA, 2011).

A biblioteca nacional é a instituição "responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País" (BIBLIOTECA NACIONAL, 2017). No Brasil, a Biblioteca Nacional está localizada no Rio de Janeiro, contando com mais de 200 anos.

Enquanto isso, a biblioteca escolar "promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios" (UNESCO, 2000). Em território brasileiro, as bibliotecas escolares contam com o apoio da Lei Federal nº 12.244, de maio de 2010, que determina a "universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País" (BRASIL, 2010, p. 1).

As bibliotecas universitárias "acompanham a dinâmica do seu macro-ambiente e entram em uma fase de transição, adaptando-se às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, disponibilizando a informação em rede e socializando o conhecimento" (SANTOS, 2012, p. 7).

A biblioteca digital é composta por "texto completo em formatos digitais – livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros -, que estão armazenados e disponíveis para acesso" (MARCONDES et al., 2005, p. 16).

As bibliotecas especializadas, de acordo com Ashworth (1967, p. 632) "é uma biblioteca quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um assunto ou sobre um grupo de assuntos em particular".

Em relação às bibliotecas especiais, estas possuem diferentes características das bibliotecas especializadas, pois são unidades que prestam suporte por meio de serviços especiais a um determinado público em alguma situação específica, como por exemplo: pessoas em restrição de liberdade (BENEDUZI, 2004).

As bibliotecas no cárcere foram citadas no Brasil em 1984, por meio da Lei de Execuções Penais (LEP) nº 7.210. Brasil (1984) "artigo 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos".

Em 1997, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) disponibiliza diretrizes, que auxiliarão na implementação das bibliotecas em espaços de privação de liberdade, para as bibliotecas prisionais (TRINDADE, 2009, p. 47). Em conformidade com Lehmann e Locke (2007, p. 4) "uma persona por estar encarcelada no renuncia a su derecho a aprender y a tener acceso a la información, por tanto, la biblioteca de prisión debe oferecer materiales y servicios semejantes a los de las bibliotecas públicas em el mundo 'libre'".

As bibliotecas das prisões

> Tem como objetivo dar suporte às atividades de ensino e aprendizagem fornecida pela instituição carcerária. De modo mais preciso, visa a criar leitores por meio de programas voltados ao incentivo, oferecer novas oportunidades aos apenados que buscam as bibliotecas como espaço de uso de fontes informacionais, promover os estudos e/ou simplesmente ocupar o tempo ocioso (TONIN; SOUZA, 2014, p. 52).

As bibliotecas prisionais também

> São ferramentas importantes nas prisões, já que visam auxiliar a administração penitenciária no que tange à Educação e possibilitam principalmente ocupar o tempo ocioso do interno por meio da leitura, já que os fará focar nas diretrizes educacionais como caminho para a vida pós-liberdade (COSTA et al., 2016, p. 6).

Para Carvalho e Carvalho (2017, p. 148) "as bibliotecas no cárcere têm por objetivo estimular a leitura, assegurar a democratização do acesso aos livros, assim como servir de apoio para aqueles que estudam dentro da prisão".

Além disso, as bibliotecas nos centros Penitenciários poderão atuar em diversos segmentos juntamente com a comunidade carcerária. São eles

> Alfabetização/letramento informacional: [...] a biblioteca poderia agir em um trabalho de formação de leitores a partir de dois grandes aspectos. A primeira envolve práticas de leitura sobre assuntos diversos do cotidiano, como política, cultura, educação, gênero, valores humanos, relações humanas, religiosidade etc., e a segunda envolve práticas leitoras convencionais no contexto de disciplinas básicas como língua portuguesa e estrangeira, história, geografia, matemática, física [...]; b) trabalho/profissão/emprego: [...] a biblioteca prisional poderia atuar na promoção de

> cursos, palestras, serviços de referência e informação utilitária [...] a biblioteca pode, inclusive, buscar parcerias institucionais com empresas para futura inserção de detentos no mercado [...]; c) entretenimento e lazer: [...] é interessante uma atuação da biblioteca no sentido de incentivar formas de lazer e entretenimento cultural para a comunidade carcerária [...]; d) relações humanas: [...] atuação da biblioteca prisional no sentido de estimular nas relações entre os presos e os sujeitos/instituições que estão em sua volta [...] a biblioteca pode atuar via serviços e produtos de informação, mostrando vantagens na otimização das relações entre os sujeitos dentro e fora dos presídios (CARVALHO, 2016, p. 2).

As bibliotecárias que atuam dentro dos espaços de privação de liberdade de acordo com Eires (2007, p. 3-7) possuem competências específicas, tais como

> Equilíbrio emocional, postura dinâmica, boa cultura geral, capacidade de adaptação (ambiente prisional), boa comunicação oral, conhecimento de línguas (dependendo do país e do contexto), capacidade de liderança e de supervisão (trabalho com reclusos), interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística, gosto em trabalhar na educação de adultos, criatividade, sensibilidade e atenção, capacidade inventiva e de abstração, conhecimentos de direito e de legislação penal.

Em relação ao acesso às bibliotecas prisionais, toda e qualquer apenada tem o direito de utilizar os serviços da unidade, o acesso será limitado somente se as normas da biblioteca de alguma forma sejam descumpridas (LEHMANN; LOCKE, 2007, tradução nossa).

Precisamos pensar também, na localidade e equipamentos da biblioteca dentro dos espaços de privação de liberdade. Algumas peculiaridades foram elencadas por Lehmann e Locke (2007, tradução nossa), por exemplo, o fácil acesso das reeducandas a informações disponíveis, iluminação, computadores, acústica do ambiente, arquitetura dos espaços, clima, capacidade do acervo e de suas instalações, parte elétrica e tecnológica, móveis para realização de estudos dentro desses espaços, entre outros.

Além disso, as bibliotecas deverão disponibilizar espaços para que as leitoras possam realizar suas atividades referentes aos serviços apresentados pela unidade, para que os materiais do acervo estejam expostos e ao alcance das frequentadoras da unidade. As disposições dos móveis dentro destes espaços devem estar de acordo com as medidas de segurança (LEHMANN; LOCKE, 2007, p. 8-9, tradução nossa).

No que se refere às tecnologias de informação, as bibliotecas nas prisões poderão implementar tecnologias. Para isso, as mesmas precisarão estar em conformidade com as questões de segurança dos ambientes prisionais (LEHMANN; LOCKE, 2007, tradução nossa).

Enquanto que, em relação à supervisão da biblioteca, essa necessitará ser uma bibliotecária “con la preparación y habilidades necessárias adquiridas a través de estúdios

universitários em ciência de información bibliotecária u outra carrera afín". As instituições prisionais dos Estados Unidos da América (EUA) que contam com mais de 1000 reeducandas precisarão de mais de uma bibliotecária para suprir toda a necessidade informacional do seu público alvo (LEHMANN; LOCKE, 2007, p. 10, tradução nossa).

No que diz respeito ao acervo da unidade, a Lehmann e Locke (2007, p. 12) afirmam que a biblioteca "debe esforzarze em crear uma colección 'balanceada' que ofrezca una amplia fama de ideas y puntos de vista", a coleção deverá ter várias fontes de informação em diversos suportes informacionais, frequentemente o acervo ser renovado, a seleção dos materiais terá de passar por uma política de desenvolvimento de coleções, sem censura, baseado na demografia da população carcerária.

Sugere-se que a biblioteca no cárcere tenha os seguintes tipos de materiais:

> Obras de consulta general; ficción, incluyendo una amplia gama de géneros (novela rosa, de mistério, policíaca, de ciência ficción fantástica, de horror, etc.); biografias; no ficción, incluyendo las áreas temáticas habituales de Dewey, com gran énfasias em la autoayuda, habilidades sociales y relaciones personales; materiales legales (para satisfacer las necessidades de información y los requisitos exigidos por la constitución o la corte; poesia (muy bien acogida em las prisiones); livros de historietas y fotonovelas (tanto para lectores principiantes como para los seguidores del género); materiales de autoestudio (de apoyo a las clases de enseñanza a distancia y por correspondência, así como la formación continua); materiales de lectura fácil (para usuários com problemas de lectura y para quienes se comunican en um idioma que no sea el nativo); libros de letra grande (para personas con problemas visuales); audiolibros (para todos los usuários y aquellos com problemas visuales o de lectura); materiales auditivos y visuales, software multimídia y de computadora (donde haya disponibilidade de equipos); información social (folletos, directorios, guias, etc. para la planificación previa a la liberación y la búsqueda de empleo); materiales de lectura, escritura y matemática (para mejorar estas habilidades); rompecabezas, juegos (para la educación y el entretenimiento); revistas (sobre temas de interés general y esfecíficos: para todos los usuarios); periódicos (para todos los reclusos com el fin de que estén informados sobre temas mundiales y locales, así como para mantener el contacto com su comunidade) (LEHMANN; LOCKE, 2007, p. 13 – 14).

Em relação à quantidade de materiais no acervo das prisões dos EUA, Lehmann e Locke (2007, p. 14, tradução nossa) determinou

Quadro 3 - Quantidade de materiais no acervo das bibliotecas prisionais

Tipo de material	**Quantidade**
Livros	2000 títulos
Revistas	20 títulos
Periódicos locais, nacionais e estrangeiros	Depende da quantidade das apenadas
Materiais audiovisual	Quantidade que satisfaça as necessidades

Fonte: Elaborado pela Autora (2017)

Os materiais precisarão estar catalogados, classificados, etiquetados, em bom estado e organizado nas estantes (LEHMANN; LOCKE, 2007, tradução nossa).

No caso do Brasil, em 2011, o decreto nº 7.626 de novembro que "institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional" (BRASIL, 2011) foi sancionado. O artigo cinco deste decreto afirma que o Ministério da Educação, deverá "promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais" (BRASIL, 2011).

Facciolla (2015) entrevistou o coordenador geral de tratamento penitenciário do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), na época, Marcus Vinícius Villarim, que descreve como acontece a escolha das obras para distribuição as reeducandas. Marcus relata que as obras são escolhidas por uma cultura institucionalizada, onde as pessoas utilizam seus princípios morais e religiosos para impedir a entrada de certos livros. A escolha dos livros está a critério do Conselho da Unidade Prisional.

Abrimos um parêntese aqui, pois imaginamos que em tal Conselho não tem a presença de uma bibliotecária com aptidão para executar um estudo de leitores e atuar de forma ético-política e refletir se não há censura às apenadas no repasse de livros. Ademais, segundo o relato de Marcus, são impedidos de entrar livros que possuem conteúdo erótico, de direitos e que de alguma forma, o entrevistado acredita que incentivarão a violência.

No que concerne aos serviços dispostos nas unidades que estão inseridas nos espaços de privação de liberdade, Lehmann e Locke (2007, tradução nossa) recomendam: Serviço de referência; Orientação e instrução dos serviços disponíveis na biblioteca; Empréstimo entre bibliotecas; Disponibilidade de suporte informacionais para pessoas com algum tipo de deficiência.

Outra questão que deve ser pensada é a composição do acervo das bibliotecas nos espaços de privação de liberdade, questões como quais materiais e suportes informacionais deverão estar nesse acervo? A instituição tem espaço para reproduzir materiais em multimídia? Quais conteúdos são relevantes e irão suprir a necessidade informacional das reeducandas? Quais as políticas de desenvolvimento de coleções para receber novas aquisições e doações[18]? Quais autoras estarão compondo o acervo? Qual meio de divulgação será utilizado? Como será a distribuição dos materiais nas celas? E a pesquisa de comunidade? Quais reflexões devem ser feitas sobre a formação das leitoras e sobre o repasse

[18] Com base nas minhas experiências dentro da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, percebi o quanto as doações chegam deterioradas, desatualizadas, conteúdos inapropriados, fora dos padrões de segurança permitido pela Penitenciária. Percebemos então que é necessário a criação de uma Política de Desenvolvimento de Coleções para que seja estipulado as características dos materiais que poderão estar disponíveis no acervo, além disso, proporcionar uma formação as colaboradoras da Penitenciária em relação a importância das condições físicas e de conteúdo dos materiais e a importância da implementação efetiva da Política após sua criação.

de informações que visam o atendimento dos direitos, a promoção da autonomia, da educação e da cidadania das reeducandas que lá estão?

Questionamos também a ausência da temática nos eventos da área de Biblioteconomia, visto que a Lei está vigorada desde 1984 e o primeiro evento que tive conhecimento no Brasil e que tinha a temática presente na programação foi realizado em 2016.

Alguns eventos relacionados à Biblioteconomia e às bibliotecas prisionais serão listados abaixo, o primeiro é, o 34º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina – Interdisciplinaridade na Ciência da Informação: o papel social do profissional, promovido pela Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB) que aconteceu nos dias 11 e 12 de novembro de 2016 e em sua programação contava com um grupo de discussão com mediação e apresentações de trabalhos. Neste evento também foi composto por um eixo social: representações sociais e bibliotecas em espaço de privação, mediado pela Professora Doutora Daniella Camara Pizarro com a participação da bibliotecária Catia Lindemann.

Figura 7 - Abertura do 34º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina

Fonte: *Facebook* Elaine Diamantino (2016)

Em 2017, nos dias 30 e 31 de maio foi realizado o I Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional, promovido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade (PROEX-UDESC), Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UDESC), Centro de Artes (CEART) e Programa de Pós-Graduação em Teatro[19] (PPGT) e como parte de uma ação específica do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de

[19] Coordenado pelo Professor Doutor Vicente Concilio vinculado ao departamento de Artes Cênicas do Centro de Artes (CEART) da UDESC.

privação de liberdade. O evento teve em sua programação conferências, mesas redondas, apresentações de trabalhos, e uma manhã dedicada à especialmente à Biblioteconomia.

Nesta manhã, houve o Lançamento da Primeira Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP). O Lançamento foi anunciado pela Presidente da FEBAB, Adriana Ferrari e seus membros anunciados: Catia Lindemann, Cristiane Garcia Bures, Flávia Petterson, Carlos Wellington Martins, e Daniella Camara Pizarro (esta última não é mais participante, somente colaborou com a presidente Cátia e demais membros na implementação da comissão e organização deste evento de lançamento da CBBD).

Figura 8 - Mesa de abertura do I Seminário Internacional de Arte e Educação Prisional

Fonte: *Facebook* Programa Novos Horizontes (2017)

A Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP), da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) criada e lançada em 2017, tem como objetivo geral

> Promover as bibliotecas e a presença do bibliotecário nas unidades penais, a fim de assegurar o direito à educação e ao desenvolvimento humano dos apenados, respeitando e fazendo cumprir a legislação vigente no país. (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 2017, p. 4).

Figura 9 - Lançamento da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais

Fonte: *Facebook* Programa Novos Horizontes (2017)

Ademais, nesta manhã, teve a palestra intitulada Biblioteca Prisional: do Cárcere à imortalidade dos livros de Catia Lindemann e uma importante mesa redonda nomeada Biblioteca no Cárcere: direito negligenciado há três décadas com a participação do Professor Dr. Francisco das Chagas de Souza, Professora Dra. Daniella Camara Pizarro, a Bibliotecária e Gestora Prisional de Porto Velho/RO e a bibliotecária Cátia Lindemann. Destaca-se que o auditório, estava cheio e este espaço da Biblioteconomia foi assistido não só por bibliotecários e estudantes de biblioteconomia, mas também por professores, agentes e gestores do DEAP e SJC de Santa Catarina e outros locais. Tal evento trouxe visibilidade para a biblioteca prisional; e principalmente, está subsidiando a causa (o sonho) que os participantes do Programa Novos Horizontes têm de incentivar o estado catarinense na contratação de um bibliotecário para a rede prisional. Algumas conversas e uma proposta foram apresentadas após o evento e esperamos que o programa tenha sucesso nesta causa.

Figura 10 - Mesa redonda intitulada Biblioteca no Cárcere: direito negligenciado há três décadas

Fonte: *Fanpage* dos Novos Horizontes (2017)

Em 2017, também aconteceu em Recife, o XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD): Bibliotecas e a agenda 2030 promovido pela FEBAB, o evento contou com mesas redondas, rodas de conversa, apresentações de trabalhos e conferências. Neste evento tivemos a mesa redonda intitulada: Acesso e Oportunidade para todos: Como as Bibliotecas Contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas - As bibliotecas prisionais, com a presença do ex egresso do sistema prisional Itamar Xavier de Camargo e Professor Doutor Jonathas Carvalho com a mediação da bibliotecária e presidente da CBBP Catia Lindemann.

Figura 11 - Mesa redonda Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas – as bibliotecas prisionais

Fonte: *Blog* Biblioteconomia Social (2017)

Neste caso, consideramos que a representatividade e o associativismo político da classe bibliotecária importam para que possamos entender esses espaços, suas convicções e condições, seus contextos e o que poderá ser realizado nessas ambiências. Além disso, é um ponto de partida para os profissionais começar a repensar em estratégias de como promover a implantação das bibliotecas nessa ambiência. As contribuições desses eventos são fundamentais e, principalmente, motivam a causa da inserção de bibliotecas prisionais com participação e atuação de bibliotecários; fazendo valer assim, os direitos das apenadas, conforme a LEP 1984.

3.1 BIBLIOTECAS PRISIONAIS INTERNACIONAIS

Para este segmento, realizamos uma pesquisa para verificar quais países apresentam materiais científicos referente as bibliotecas prisionais. Em seguida, iremos apresentar as bibliotecas prisionais que estão presentes em outros países, são eles: Estados Unidos da América, Canadá, Polônia, Reino Unido, Alemanha, Japão, Chile e Escandinávia.

3.1.1 Estados Unidos da América

Nos EUA, “as bibliotecas prisionais objetivam fornecer materiais e serviços para as necessidades educacionais, informativas, culturais, vocacionais e recreativas dos reeducandos” (SHIRLEY, 2007, p. 1 tradução nossa). As bibliotecas prisionais nos EUA estão sob jurisdição do Escritório Federal de Prisões e Departamento de Justiça de cada

estado. A maioria dos espaços de privação de liberdade contam com salas designadas às bibliotecas, mas nem sempre contam com a presença de uma bibliotecária em suas equipes (LEHMANN, 2011, tradução nossa).

No início do século XX, diversos materiais foram publicados sobre as bibliotecas nas prisões. Em 1930, a *American Correctional Association* (ACA) divulgou um manual para bibliotecas prisionais. Nos EUA, existe a Lei de Serviços e Construção de Bibliotecas (LSCA) que auxilia no desenvolvimento das bibliotecas em instituições estatais, e assessorou bibliotecas das prisões (LEHMANN, 2011, tradução nossa).

De acordo com Shirley (2007, tradução nossa) as bibliotecárias que atuam em bibliotecas dentro do sistema prisional relatam, por meio de um questionário, as restrições em relação a conteúdos e os desafios apresentados dentro das Penitenciárias. Os resultados da pesquisa foram os mais diversos possíveis e percebeu-se que o preconceito e/ou atitude punitiva das agentes e funcionárias é um dos desafios da censura.

Para o combate à censura, algumas bibliotecárias formam os

> Comitês de Seleção composto por pessoas da educação e segurança. Outra opção foi à utilização da Declaração de Direitos da Biblioteca, onde são ressaltados os materiais que não comprometem a segurança, e o Código da Divisão[20], relata as etapas para desafiar os materiais da biblioteca (SHIRLEY, 2007, p. 3, tradução nossa).

Em 1977, o Tribunal Supremo dos Estados Unidos da América aprovou a coleção de direito dentro das bibliotecas nas prisões, para que as reeducandas tenham espaços para a elaboração de suas defesas. Depois disso, houve o cuidado para que as coleções pudessem estar atualizadas (LEHMANN, 2011, tradução nossa).

Em 1981, "a *American Library Association* emite os padrões de biblioteca para instituições correcionais de adultos. Esses padrões enfatizam a construção de coleções de acordo com a necessidade e interesses da população carcerária" (LEHMANN, 2011, p. 493, tradução nossa). Segundo Lehmann (2011, p. 494, tradução nossa), "a biblioteca da prisão pode fornecer uma grande quantidade de materiais relacionados ao trabalho e à carreira, bem como informações úteis da comunidade".

Chama-se atenção para um diferencial entre a biblioteca prisional brasileira e a biblioteca prisional americana e para isso sugerem-se alguns questionamentos referente à disponibilidade de coleções referente ao direito; os estudos para elaboração da sua própria defesa; a disposição de espaços e a frequência das reeducandas para que os estudos sejam realizados dentro das bibliotecas.

[20] Nesse caso especificamente no Estado de Maryland (EUA).

Figura 12 - Os internos da *Jessup Correctional Institution (JCI)* utilizam bases de dados legais e gerais

Fonte: Divisão de Correção dos EUA (2010)

3.1.2 Canadá

Em 1980, o Serviço Correcional do Canadá (CSC) elaborou dois relatórios sobre os serviços de bibliotecas prisionais no país. O primeiro relatório foi realizado em 1980 e o segundo foi desempenhado em 1984.

Apresentaremos então as características do segundo, produzido por Peat Marwick, este relatório foi solicitado "devido a preocupações com as desigualdades que existia entre as bibliotecas das penitenciárias do país e o desejo de buscar soluções práticas para resolver os problemas encontrados" (INGS; JOSLIN, 2011, p. 394, tradução nossa).

Uma pesquisa para reunir dados sobre as bibliotecas da prisão foi realizada. Trinta e duas respostas foram recebidas, dessas respostas não foi possível identificar qual era a formação ou qualificação de algumas profissionais. Os espaços destinados a biblioteca não são adequados e por isso algumas instituições tiveram que adaptar suas coleções (INGS; JOSLIN, 2011, tradução nossa).

Os acervos das bibliotecas eram pequenos e a maioria, na época estava em francês, em relação aos espaços de privação de liberdade com mais de 400 reeducandas o acervo era maior e com base na entrevista, foi analisado uma satisfação com suas coleções. Obras legais estão disponíveis em dois idiomas, o francês e o inglês, bem como o material básico de alfabetização (INGS; JOSLIN, 2011, tradução nossa).

Os serviços encontrados nas bibliotecas prisionais do Canadá foram: o serviço de referência, suporte às leitoras, empréstimos, catálogos, entre outros. As bibliotecas não

apoiavam os programas de educação, não possuíam lista de assuntos e/ou de prateleiras (INGS; JOSLIN, 2011, tradução nossa).

Em 1989, os relatórios foram apresentados como conferência em Paris no Grupo de Trabalho sobre Bibliotecas nas Prisões da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). No final do mesmo ano o documento foi divulgado ao CSC, a Sede Nacional, a Sede da Região do Pacífico, com bibliotecárias de todo o Canadá (INGS; JOSLIN, 2011, tradução nossa).

Figura 13 - Biblioteca da Penitenciária de Kingston, Ontorio no Canadá

Fonte: Acervo Fred Thornhill (2014)

3.1.3 Polônia

Na Polônia, o diretor dos espaços de privação de liberdade é responsável juntamente com uma pedagoga por fornecer o espaço, organização, criação e gestão da biblioteca. Também determina a responsabilidade de cada leitora (ZYBERT, 2011, tradução nossa).

A biblioteca prisional tem como objetivo o desenvolvimento e fornecimento de serviços que atendam a necessidade de cada leitora. Nas bibliotecas prisionais da Polônia existem pontos de serviços, por questões de segurança e limitação de espaço, nos seguintes ambientes: enfermarias, escolas, departamentos de tratamento (ZYBERT, 2011, tradução nossa). As bibliotecas prisionais deste Estado são compostas, naquele período, por 1.635.466 volume. Ressaltamos que 81% da coleção são livros de ficção e que os materiais deverão ter passado pelo processamento técnico antes de serem emprestados (ZYBERT, 2011, p. 414, tradução nossa).

Os serviços prestados por essas instituições são “os empréstimos, renovação e devolução de materiais; desenvolvimento das coleções; preparação de relatórios; organização do ambiente da biblioteca; promoção e orientação a leitura e eventos” (ZYBERT, 2011, p. 418, tradução nossa).

Figura 14- Biblioteca da Prisão Rakowiecka, Warsaw na Polônia

Fonte: Tomasz Golonko

3.1.4 Reino Unido

No Reino Unido, todo estabelecimento penal contará com uma biblioteca em que todas as reeducandas deverão ter acesso. As bibliotecas destes espaços são adaptadas de acordo com a necessidade informacional de cada leitora (BOWE, 2011, p. 430, tradução nossa). “As Diretrizes de 1997 de *Library Association* para Bibliotecas Prisionais permitiu um avanço significativo na organização e gestão das bibliotecas prisionais da Inglaterra e do País de Gales” (BOWE, 2011 p. 430, tradução nossa).

Neste continente há atuação de um Grupo de Bibliotecas de Prisões do *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP), que tem como objetivo principal “melhorar a qualidade do serviço e aumentar o perfil das bibliotecas em penitenciárias” (PROFESSIONALS, p. 1, 2017, tradução nossa).

O Grupo de Bibliotecas de Prisões do CILIP atua em alguns segmentos são eles:

> a) Promoção: promove a importância das bibliotecas no cárcere; b) política: o foco é no desenvolvimento da política de bibliotecas prisionais; c) conselho: oferece conselhos profissionais, na medida do possível, para os bibliotecários que estão atuando nos espaços prisionais; d) desenvolvimento profissional continuo: encoraja os profissionais e oferece treinamentos os funcionários das prisões; e) rede e comunicação: na página do grupo artigos e documentos são disponibilizados e atua também como uma ponte de contato; f) advocacia: os membros do grupo atuam

> como defensores de advocacia quando necessário; g) publicação: publicação do *Journal Prison Libraries*; h) envolvimento: encoraja os membros a participarem ativamente (BOWE, 2011, p. 431, tradução nossa).

Para Bowe (2011, p. 432, tradução nossa) "as bibliotecas das prisões podem elevar a auto-estima; aumentar o envolvimento na aprendizagem; aumentar as oportunidades de emprego e oportunizar melhores momentos em família". Os materiais das bibliotecas prisionais deste país deverão incluir itens em braile e de línguas estrangeiras, livros, revistas, jornais, entre outros. As funcionárias que atuam nas bibliotecas enviarão relatórios de auto-avaliação, além de provas das reuniões, treinamentos e atividades desenvolvidas nestes espaços (BOWE, 2011, tradução nossa).

3.1.5 Alemanha

No século XX, as professoras cuidavam das bibliotecas prisionais alemãs. Na Alemanha, dos dezesseis presídios que possuem bibliotecas, três contam com a presença de bibliotecárias. O Departamento de Bibliotecas Prisionais é supervisionado pelo Ministério da Justiça. As bibliotecas prisionais deste país atende a três aspectos importantes, são eles: recreação, educação e desenvolvimento pessoal da população carcerária (PESCHERS, 2011, tradução nossa).

As bibliotecas prisionais da Alemanha têm como objetivo o "entretenimento, desenvolvimento pessoal, educação contínua e estudo independente" (PESCHERS, 2011, p. 524, tradução nossa). Aproximadamente 80% das reeducandas frequentam o espaço e são leitoras assíduas. É importante ressaltar que essas bibliotecas estão comprometidas em suprir a necessidade informacional de cada leitora dentro dos espaços de privação de liberdade (PESCHERS, 2011, tradução nossa).

As bibliotecas em sua totalidade[21] contavam, em 2001, com 240.000 itens em seu acervo. O livre acesso, aos materiais que estão disponíveis no acervo, é de acordo com o nível de segurança de cada estabelecimento penal. Relatórios referentes aos danos dos materiais são elaborados, caso houver algum dano ou perda a reposição do item deverá ser feita. Além disso, os materiais são atualizados frequentemente e as leitoras obtiveram o acesso a computadores para realização de suas pesquisas (PESCHERS, 2011, tradução nossa).

[21] Quando falamos em sua totalidade, estamos falando em todos as instituições penais desse país que possuí biblioteca prisional.

Figura 15 - Biblioteca da Prisão de Münster na Alemanha

Fonte: Able Know (2007)

3.1.6 Japão

As instituições prisionais no Japão não contratam bibliotecárias, não contam com espaços funcionais chamados bibliotecas. Possuem apenas materiais dentro das celas, as detentas geralmente recebem esses materiais por meio da compra ou quando ganham de presente de alguma parente/amiga. (NAKANE, 2011, p. 447, tradução nossa).

As instituições Japonesas dispõem de um documento chamado o Novo ato (parte II, capítulo II, seção 8) conta com uma seção intitulada acesso aos livros. Nesta seção está descrito detalhadamente como as prisões gerenciam livros e outros materiais de leitura obtidos pelos próprios internos por fora (compra, presentes), bem como as coleções estabelecidas e mantidas pelas instituições correcionais (NAKANE, 2011, p. 449, tradução nossa).

O Novo ato afirma que o diretor da instituição deverá proporcionar materiais de leitura para auxiliar em “atividades educacionais, intelectuais, recreativas e de lazer”. Para que a distribuição aconteça passam por duas distinções, a primeira é a coleta geral: onde os materiais ficam em áreas comuns, de trabalho e celas; e a coleta especial: onde os materiais são utilizados sob supervisão (NAKANE, 2011, p. 449, tradução nossa).

Os materiais serão comprados de três a seis vezes e a loja será estabelecida dentro da Penitenciária, com o limite de compra para cada reeducanda. Depois da compra ou doação os materiais são alocados em prateleiras, carrinhos de livros e improvisações (NAKANE, 2011, p. 451, tradução nossa).

As reeducandas poderão pegar emprestadas cerca de três a sete itens, os períodos de empréstimo variam de acordo com a coleta. A coleta geral é de uma a duas semanas, já a

coleta específica é de até três meses. Para a retirada do material é cadastrado em um sistema a saída do material (NAKAME, 2011, tradução nossa).

Nas instituições existem os seguintes materiais: ficção, quadrinhos, dicionários, publicações legais, ficção atual, certificação vocacional, língua estrangeira e assinaturas de jornais, história, filosofia, obras gerais, ciências sociais, ciências naturais, tecnologia, negócios, arte, linguagem e literatura (NAKAME, 2011, p. 451-453, tradução nossa).

Em 1992, a Federação Japonesa de Advogados apresenta um documento intitulado Recomendação para o Tratamento de Presos e Detidos

> Este documento afirma que é necessário estabelecer uma biblioteca com livros e outros materiais de leitura suficientes, incluindo publicações legais, para atender às necessidades dos internos. Além disso, as prisões devem melhorar as áreas da biblioteca e incentivar seu uso pelos internos (NAKAME, 2011, p. 452, tradução nossa).

Outro documento chamado “Proposta de Tratamento de Presos e Detenções exige que o diretor de uma instituição penal empregue um bibliotecário qualificado para garantir que os presos tenham a oportunidade de realizar pesquisas, obter informações e consultar livros a qualquer momento” (NAKAME, 2011, p. 454, tradução nossa).

3.1.7 Chile

No Chile, existem três tipos de bibliotecas, são elas: as bibliotecas de coleção prisionais atendidas pela Administração Penal. “Os serviços disponibilizados são prestados por uma reeducanda onde a mesma faz a distribuição dos materiais contidos neste espaço”. As Bibliotecas de caráter público e os Centros de Recursos de Aprendizagem (CRA) (REMENTARÍA PITÑOMES; MIRANDA NUÑEZ, 2014, p.57-61, tradução nossa).

As bibliotecas públicas possuem característica principal e estão a cargo de bibliotecárias profissionais, dependem da Direção de Biblioteca e Museus (DIBAM) e são poucas dentro do sistema prisional. Os CRAS estão vinculados ao Ministério de Educação e Gerdarmeria, está a cargo de uma docente e é maioria dentro do sistema carcerário chileno, e por fim, a biblioteca de coleção prisional está sob supervisão de uma reeducanda e são administradas pela instituição penal a que está ligada (REMENTÁRIA PITÑOMES; MIRANDA NUÑEZ, 2014, p. 61-62, tradução nossa)

É necessário realizar uma pesquisa de comunidade dentro das Penitenciárias para verificar quais são os níveis de leitura da reeducanda, seu perfil e a satisfação referentes aos

serviços prestados pela biblioteca (REMENTARÍA PITÑOMES; MIRANDA NUÑEZ, 2014, tradução nossa).

Em relação aos empréstimos, as reeducandas poderão utilizar os materiais por duas semanas, depois desse período uma petição deverá ser enviada solicitando a prorrogação do prazo de devolução. As temáticas que compõe o acervo são: "autoajuda; literatura latino-americana, chilena e europeia; história e geografia chilena e universal; matemática, física, química; biologia; artesanato; castelhano; teatro; poesia; inglês; saúde; jardinagem; gastronomia; enciclopédia; dicionários e manuais". A maior parte deste acervo é adquirido por meio de doações (REMENTÁRIA PITÑOMES; MIRANDA NUÑEZ, 2014, p. 58, tradução nossa).

A legislação vigente no Chile

> Establece las características del sistema concesionado de los centros penales chilenos no considera a las bibliotecas u organizaciones similares o afnes como un servicio obligatorio y por ende la fundación y mantenimiento de las organizaciones bibliotecarias seguirá dependiendo de las voluntades de la autoridad pertinente y de la tradición de las instituciones adscritas al sistema penal chileno (REMENTÁRIA PITÑOMES; MIRANDA NUÑEZ, 2014, p. 62).

Os serviços prestados por essas unidades são: empréstimo (na sala de aula ou em cela); serviço de referência; hemeroteca; formação de monitoras. As bibliotecas funcionam das 9h da manhã às 16h30min da tarde (REMENTÁRIA PITÑOMES; MIRANDA NUÑEZ, 2014, p. 61, tradução nossa).

3.1.8 Escandinávia

De acordo com Ljødal e Ra (2011, tradução nossa) a biblioteca funciona como uma janela para o mundo em uma existência de outra forma monótona atrás das paredes. A biblioteca e o bibliotecário estimulam mentalmente a literatura, cultura, eventos, conhecimento que formam as oportunidades, entre outros.

A Escandinávia é uma região que é composta por países nórdicos, são eles: Dinamarca, Noruega e Suécia. As prisões escandinavas possuem algumas características, tais como, "pequenas, bem equipadas, baixas taxas de encarceramento em comparação com outros países" (LJØDAL; RA, 2011, p. 475, tradução nossa).

Na Dinamarca em 1860, foi criada uma biblioteca na prisão de Vridløse tendo uma professora designada para cuidar da mesma. A biblioteca nessa época era considerada uma 'regalia' para reeducandas que tinham bom comportamento (LJØDAL; RA, 2011, tradução nossa).

Na Noruega, em 1948, os livros contabilizavam aproximadamente 50.000 alguns estavam desatualizados, outros foram jogados foras. Outras instituições tinham acordos de cooperação com bibliotecas públicas e consequentemente recebiam visitas de bibliotecárias. Em 1961, foi criado o regulamento da prisão onde na seção 58.2 diz que "todas as instituições devem ter uma coleção de livro, de preferência para ser administrada por um funcionário público sênior" (LJØDAL; RA, 2011, p. 475-476, tradução nossa)

A Suécia, no ano de 1960, focou "na necessidade de prisioneiros para ter acesso a um bibliotecário profissional. Isso levou algumas bibliotecas públicas a criar serviços de alcance para a prisão, esses serviços receberam financiamento por meio de bolsas de desenvolvimento". Em 1971, foi criado um plano para o desenvolvimento de bibliotecas em instituições e instalações de encarceramentos (LJØDAL; RA, 2011, p. 478, tradução nossa).

Em 1974, uma lei foi relativa aos serviços correcionais em instituições. A lei afirma que as reeducandas "devem ter a oportunidade de ocupação adequada, incluindo trabalhos ou inscrição em educação. Os direitos específicos dos internos também estão listados, incluindo o acesso a livros, jornais e outros materiais de leitura" (LJØDAL; RA, 2011, p. 479, tradução nossa).

As Diretrizes para serviços de biblioteca para prisioneiros, de 1995, "afirma que as prisões com mais de vinte e cinco presos devem ter sua própria biblioteca de prisão, com suas próprias coleções, bem como um bibliotecário". Além disso, as bibliotecas prisionais na Escandinávia devem possuir instalações convidativas, com horário e localização conveniente para suas interagentes (LJØDAL; RA, 2011, p. 481-486, tradução nossa).

As bibliotecárias deverão ter um elevado nível de profissionalismo, trabalharão juntamente com reeducandas, portanto, precisam de uma

> Boa comunicação, bom senso, paciência e vontade de ajudar. Experiências em domínios da educação, psicologia, serviço social pode ser mais útil a um bibliotecário na prisão [...] o bibliotecário deve ser capaz de treinar e supervisionar esses trabalhadores, o que pode ser demorado (LJØDAL; RA, 2011, p. 487, tradução nossa).

As bibliotecárias das unidades prisionais da Escandinávia poderão auxiliar nos projetos e programas presentes nos espaços de privação de liberdade.

Figura 16 - Biblioteca prisional da Noruega

Fonte: Foreign Policy (2012)

As bibliotecas são fundamentais para criação do hábito da leitura e assim, evidenciando a sua importância no processo de aprendizado das apenadas e melhoria de qualidade de vida dentro e posteriormente, fora do cárcere.

No Brasil, a Lei de Execução Penal de 1984 possuí o capítulo IV referente aos deveres, direitos e disciplinas. Na seção II designada aos direitos das reeducandas está explicitado, no artigo 40, inciso 15 onde relata o "contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes" (BRASIL, 1984, p. 7).

Percebemos que a leitura é uma ação de uma pessoa que pertence a um grupo social. Para Brito (2010, p. 3) as leitoras carregarão "para esse grupo de elementos de sua leitura, do mesmo modo que a leitura trará vivências oriundas da social, de sua experiência prévia e individual do mundo e da vida".

A leitura possuí níveis, são elas: o sensorial e o emocional. A leitura sensorial é ligada aos sentidos e emoções; já a leitura emocional trabalha com a parte do intelecto, questionadora. Além disto, possuí quatro tipos de acordo com Severino (2002 apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 145) são elas: textual, temática, interpretativa e problematização. A leitura textual é uma ação de familiarização com o texto, com a autora, com o contexto histórico, entre outros; a leitura temática é entender o conteúdo do texto. A leitura interpretativa é quanto a leitora começa a interpretar a autora, as ideias apresentadas no

texto são compreendidas e a leitora apresenta sua crítica referente ao material lido; já a problematização é quando problemas são levantados e discutidos em grupo.

O ato de ler conta com várias propriedades e atividades que irão trazer as sensações prazerosas e poderosas dando ao leitor a habilidade de criar, obter conhecimentos e estimulam a "criatividade, imaginação, o raciocínio se sobrepõe diante deste magnífico cenário, criando um palco de possibilidades" (BRITO, 2010, p. 10).

Este ato proporciona alguns benefícios a quem o realiza, tais como, "vocabulário amplo; capacidade de compreensão adquirida pela falta de interpretação; aprendizagem de leitura" (BRITO, 2010, p. 12). Além disso, a capacidade de interação com as pessoas aumenta a partir do momento em que, por exemplo, grupos de estudos são formados para a discussão de determinadas leituras.

De acordo com Petit (2008, p. 28) "a leitura desperta o espírito crítico, que é a chave de uma cidadania ativa, é porque permite um distanciamento, uma descontextualização; mas também porque abre um espaço para o devaneio, no qual outras possibilidades são cogitadas".

Com os relatos apresentados por Petit (2008, p. 162-166) percebemos que suas entrevistadas informam a importância das bibliotecárias nas mediações quando: Ridha22 conta como é prazeroso escutar uma bibliotecária contando histórias; outras pessoas narram que bibliotecárias designam tarefas a elas; bibliotecárias que saibam seus gostos literários e, além disso, indicam livros; ajudam em pesquisas e são hospitaleiras.

A alfabetização é uma "ferramenta importante para o uso afetivo e competente da leitura e da escrita, envolvendo aprendizagens que não se restringem à decodificação, mas dizem respeito, também, à capacidade de usar a leitura e a escrita" (UNESCO, 2008, p. 74).

Para Freire (1989, p. 24) a alfabetização de adultos

> Enquanto ato político e ato de conhecimento, comprometida com o processo de aprendizagem da escrita e da feitura da palavra, simultaneamente com a "leitura" e a "reescrita" da realidade, e a pós-alfabetização, enquanto continuidade aprofundada do mesmo ato de conhecimento iniciado na alfabetização, de um lado, são expressões da reconstrução nacional em marcha; de outro, práticas a impulsionadoras da reconstrução. Uma alfabetização de adultos que, em lugar de propor a discussão da realidade nacional e de suas dificuldades, em lugar de colocar o problema da participação política do povo na reinvenção da sua sociedade, estivesse girando em volta dos ba-be-bi-bo-bu, a que juntasse falsos discursos sobre o país -, como tem sido tão comum em tantas campanhas -, estaria contribuindo para que o povo fosse puramente representado na sua História.

Para isso, no Brasil contamos com a educação de jovens e adultos (EJA). A EJA é uma modalidade vinculada à educação básica em duas etapas: ensino fundamental, médio e disponibilizará o ensino para quem não conseguiu dar continuidade na idade adequada, além

[22] Uma das entrevistadas de Petit.

de oferecer técnicas para o mercado de trabalho (GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, 2013).

4 BIBLIOTECA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS

Nesta seção contextualizaremos informações sobre o Complexo Penitenciário de Florianópolis, um breve histórico sobre a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis e as atividades realizadas na mesma.

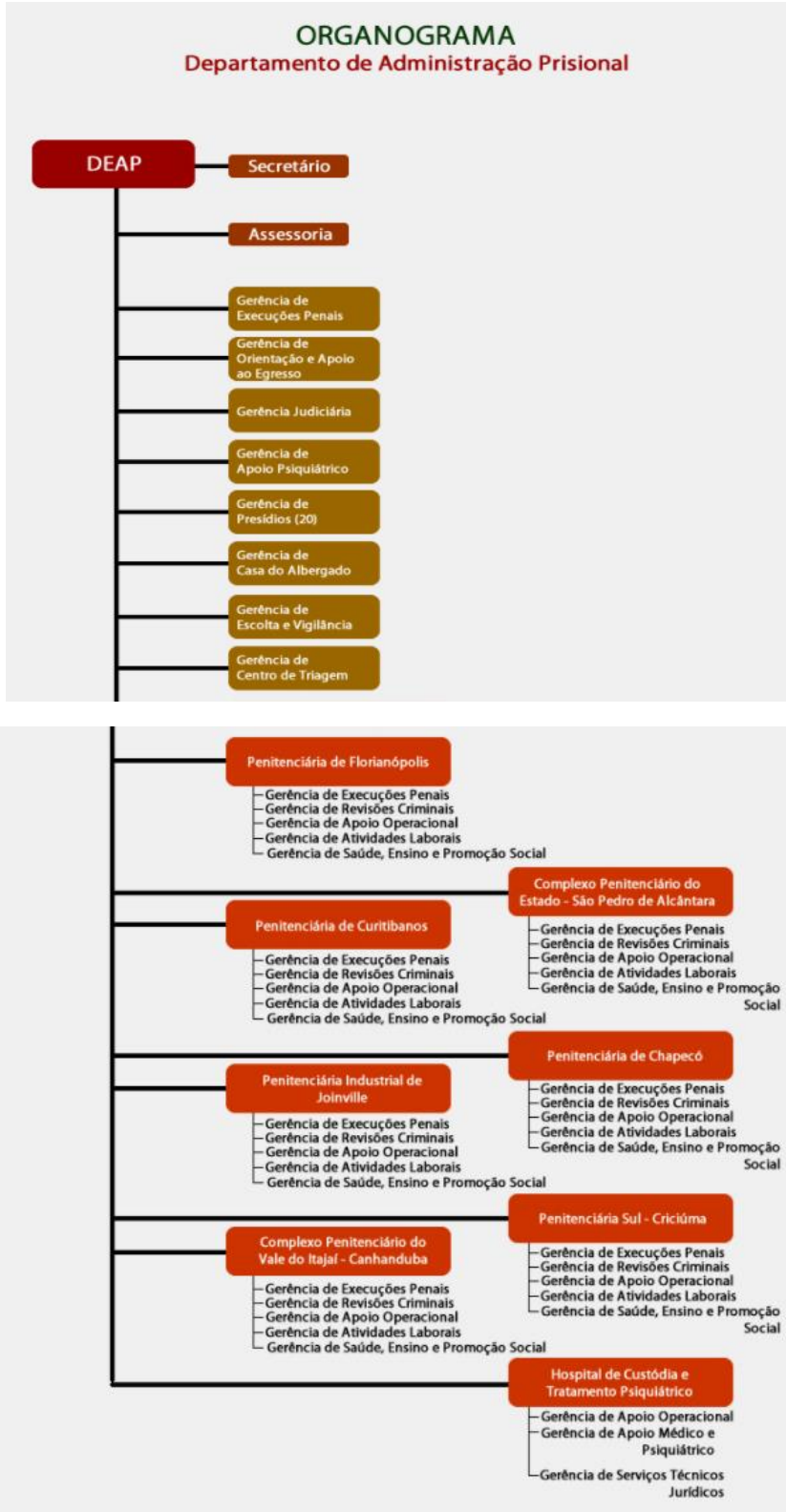
A escolha deste universo de pesquisa, a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, ocorreu devido a minha atuação como bolsista de extensão voluntária no Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade, no primeiro semestre de 2016 até o presente momento. Além de realizar no primeiro semestre de 2017, meu Estágio Curricular Obrigatório[23], disciplina do curso de Biblioteconomia habilitação em Gestão da Informação da UDESC.

Em Santa Catarina, as Penitenciárias são vinculadas ao Departamento de Administração Prisional (DEAP), no qual o Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade possuí uma parceria. O DEAP tem como visão "administrar o Sistema Prisional Catarinense, de forma integrada, visando custodiar os reclusos e contribuir para sua reinserção social" (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, 2016, p. 1).

A seguir apresentaremos o organograma do DEAP-SC.

[23] Decorrente da atuação do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis, além da parceria entre a UDESC e a Secretária de Justiça e Cidadania (SJC) houve a possibilidade de realização das minhas atividades dentro da Biblioteca da Penitenciária. Vale ressaltar que meu Estágio Curricular Obrigatório foi o primeiro da região Sul em Bibliotecas Prisionais. Agradeço imensamente toda a equipe do Programa Novos Horizontes, especial a Professora Daniella Camara Pizarro (por ter a disponibilidade de ser minha supervisora), ao Professor Paulino de Jesus Francisco Cardoso (pelo suporte psicológico e orientações), a Professora Geysa Spitz Alcoforado de Abre e Caroline Kern (por estar me incentivando e apoiando). Gratidão ao Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina (DEAP-SC) pela autorização da minha entrada e aprovação do meu Estágio Curricular Obrigatório no local supracitado. Agradeço as colaboradoras do Complexo Penitenciário de Florianópolis, destacando o diretor do Complexo Penitenciário de Florianópolis, Rodrigo Teixeira; a gerente de saúde, ensino e promoção social, Denise Biz; e por fim, as Professoras que atuam dentro do Complexo.

Figura 17 - Organograma DEAP



Fonte: Departamento de Administração Prisional (2014)

O Complexo Penitenciário de Florianópolis, conhecido como Penitenciária de Florianópolis e/ou Pedra Grande, localizado no bairro Agronômica em Florianópolis/SC. Foi

pensado em 1929 e construído em 1930 e, inicialmente contava com capacidade para aproximadamente 50 reeducandas (DIAS, 2010).

O Complexo é composto por algumas alas inauguradas por etapas: Casa Velha, em 1930; Penitenciária Estadual de Florianópolis; Máxima, em 1989; Presídio Masculino; Presídio Feminino; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HTCP); Casa do Albergado; Centro de Observação e Triagem (COT), em 2001; Centro de Triagem da Trindade (CTT), em 2010; Unidade Básica de Saúde (UBS), em 2015; Companhia de Policiamento e guarda (SOUSA, 2015).

Dente as alas citadas anteriormente, abordaremos neste Trabalho de Conclusão de Curso a Penitenciária Estadual de Florianópolis. Está ao alcance da mesma:

> I. Administrar todas as atividades relacionadas com a administração penitenciária; II. Promover o desenvolvimento de métodos de trabalho que visem fortalecer a segurança, o fiel cumprimento da execução das penas e a reeducação dos sentenciados internos; III. Realizar estudos e levantamentos sobre a situação operacional do órgão, com o objetivo de conhecer a capacidade técnica e sugerir modificações julgadas necessárias para o seu melhor funcionamento; IV. Estudar, implantar e operar mecanismos de relacionamento com instituições federais e estaduais, que executem programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos; V. Adequar e supervisionar o desenvolvimento de programas de ação detentiva, no âmbito da penitenciária; VI. Implantar e operar mecanismos próprios de trabalho objetivando a recuperação, regeneração, educação ou reeducação e readaptação dos sentenciados à vida social; VII. Articular-se com organizações congêneres e com órgãos de segurança, visando fomentar o intercâmbio de conhecimentos e a perfeita integração das atividades penitenciárias; VIII. Encaminhar ao DEAP, boletim diário de movimentação e o boletim penal de informações e IX. Desenvolver outras atividades relacionadas com a administração-geral das penitenciárias (DIAS, 2010, p. 2).

A instituição disponibiliza para as reeducandas, os vestibulares da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Exame Nacional para Certificado de Competência para Jovens e Adultos (ENCCEJA) e o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

A Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis está localizada no prédio da Administração Geral dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Anteriormente[24] a Biblioteca chamava-se Biblioteca Conselheiro Nilton Leite da Costa[25]. De acordo com Nakayama (2011) em 1990, um incêndio foi detectado no prédio em que a Biblioteca está localizada atingindo parte do acervo da unidade e por esse motivo, em 2002 e 2003 aconteceu a reestruturação da mesma.

[24] Atualmente chama-se Biblioteca Penitenciária de Florianópolis.
[25] Diretor penal que atuou no Complexo Penitenciário de Florianópolis no início dos anos 80, informação dada por um funcionário da instituição.

Esta biblioteca era gerida, naquele momento, por uma professora que atuava no CEJA do Complexo da Penitenciária de Florianópolis, a mesma realizava a distribuição de materiais para as reeducandas do regime fechado. Enquanto isso, as reeducandas do regime semi-aberto tinham acesso à biblioteca mediante a autorização contavam com livros de poesia, literatura, contos, romances, clássicos, livros técnicos e didáticos. Em 2011, a Biblioteca contava com uma bibliotecária atuante (NAKAYAMA, 2011).

A Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis no primeiro semestre de 2016 passou a ser composta pela seguinte equipe: bibliotecária e professora Daniella Camara Pizarro[26], supervisora da unidade e com as estagiárias[27] do curso de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação da UDESC.

A partir disso, começou a reestruturação do acervo e o desenvolvimento de atividades na Biblioteca. As obras estavam todas misturadas e não havia nenhuma classificação delas na estante e nem eram separadas por área de conhecimento. Estima-se que havia em torno de 3500 obras. Em um primeiro momento, veio a dúvida de qual instrumento utilizaríamos para realização da classificação: Classificação Decimal Dewey (CDD) ou Classificação Decimal Universal (CDU)? Pela CDU apresentar mais possibilidades de combinações entre as notações, optamos pelo seu uso.

Em seguida, iniciamos a separação por classes[28] dos materiais que já estavam na instituição; a análise do estado físico, com os seguintes critérios: fungos, amarelamento das páginas, resquícios de traças ou cupins, obra incompleta, riscadas, amassadas, cortadas, espirais e capas duras[29]; quantidade[30] e atualização do conteúdo de cada exemplar.

Atualmente, a inclusão dos materiais no Biblivre está sendo realizada com êxito. O *software* utilizado pela instituição é o Biblivre, um *software* livre com a capacidade de gerenciamento das obras inseridas, recuperação de informações referente ao acervo, cadastro de leitoras, renovação, empréstimo, devolução, entre outras atividades.

Nesta unidade, adotamos alguns aspectos para divulgação e disseminação de nossas obras como, por exemplo, o expositor onde uma vez por semana selecionamos quinze materiais referentes a uma determinada temática para deixar em evidencia. Já foram para o

[26] Por meio do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade, ação 3.
[27] Celina Medeiros (Programa Novos Valores do Estado de SC); Claudia Piconi (Programa Novos Valores do Estado de SC); Amabile Costa (Estágio Curricular Obrigatório) e Vinícius Trilha (Programa Novos Valores do Estado de SC).
[28] De acordo com a CDU (0 a 9).
[29] As últimas duas características citadas são relacionadas às questões de segurança do Complexo Penitenciário de Florianópolis.
[30] Os materiais que continham uma quantidade excessiva de exemplares, nós pegávamos três e o restante iria para descarte, desbastamento ou doação dependendo do seu estado físico.

expositor livros referentes à temática africana e afro-brasileira, literaturas, obras dos vestibulares de 2017 e 2018, literatura infantil e infanto-juvenil, etc.

O expositor está localizado perto da entrada e saída das professoras, e percebemos que os empréstimos cresceram a partir da divulgação das obras neste expositor, por conta da maior visibilidade proposta pelo mesmo. Um dos casos que chamou bastante minha atenção foi quando era a semana do expositor em que tinha materiais sobre literatura infantil e infanto-juvenil e uma professora levou para complementar sua aula o livro intitulado "Apolinário: o homem dicionário", de autoria de Fábio Yabu.

Também elaboramos uma caixa de sugestões para que as professoras deixem suas recomendações e de reeducandas que fazem parte de suas aulas. Algumas das sugestões foram os seguintes títulos: Os presos que menstruam, autoria de Nana Queiroz; Vigiar e Punir: o nascimento das prisões, autoria de Michel Foucault; entre outros.

A Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis funciona atualmente como uma biblioteca central, e algumas alas do Complexo possuem bibliotecas setoriais. Por exemplo, o COT tem sua biblioteca com cem livros. O que acontece neste caso é o empréstimo entre bibliotecas, a cada quarenta e cinco dias os materiais que estão na Biblioteca do COT voltam para a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis e novos livros são encaminhados novamente para lá.

Em relação aos empréstimos realizados pela Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, as professoras e funcionárias têm direito a pegar emprestado um material por vez durante trinta dias. Ademais, no segundo semestre de 2017, começamos a realizar a seleção e empréstimo de livros para algumas alas do Complexo, são elas: CTT, cozinha e semi-aberto I e II.

Após terminada, a catalogação, indexação e classificação do acervo, será desenvolvida uma política de desenvolvimento de coleções, proposta de ações e atividades culturais e de formação de leitores. Ressalta-se que a penitenciária está propondo um projeto de remição da pena por meio da leitura, e a organização da biblioteca com a presença do curso de Biblioteconomia na sua rotina, tem colaborado para justificar a proposta em andamento.

As atividades estão sendo continuadas com sucesso e a ação do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade referente as bibliotecas prisionais poderão ser expandidas para as demais Penitenciárias do Estado de Santa Catarina.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, exibiremos o tipo de pesquisa aplicada nesse Trabalho de Conclusão de Curso e conceituá-los-emos mostrando o universo da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e a análise dos dados.

5.1 TIPO DE PESQUISA

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 12), as pesquisas são realizadas para suprir uma necessidade informacional por meio de uma pergunta. “Portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa”. Apontaremos a seguir as características de pesquisa aplicadas neste material. Em relação aos objetivos apresentados neste documento, o caráter é exploratório e descritivo, pois poderá explicitar os fatos de uma realidade. Em conformidade com Oliveira (2011, p. 20), a pesquisa exploratória possibilita

> Aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas. Nesta situação, o planejamento da pesquisa necessita ser flexível o bastante para permitir a análise dos vários aspectos relacionados com o fenômeno.

No que se refere à natureza é aplicada. A natureza aplicada tem como objetivo a “aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (GERGARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). Com relação ao problema apresentado neste TCC o caráter é qualitativo. A pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31).

Quanto aos procedimentos técnicos possuem caráter bibliográfica. A pesquisa bibliográfica inclui o levantamento de materiais científicos já publicados em diversos suportes informacionais (FONSECA, 2002). Nesta pesquisa “o pesquisador tem de ter o cuidado de selecionar e analisar cuidadosamente os documentos a pesquisar de modo a evitar comprometer a qualidade da pesquisa com erros resultantes de dados coletados ou processados de forma equívoca” (FONSECA, 2002, p. 32).

5.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O Universo desta pesquisa é o Complexo Penitenciário de Florianópolis, localizado no bairro Agronômica – Florianópolis/SC. Esta pesquisa tem como intuito de levantar discursos

por meio das entrevistas e de um questionário semiestruturado. Os participantes serão oito colaboradores[31] do Complexo Penitenciário de Florianópolis: o diretor; duas professoras, escolhidas aleatoriamente; dois chefes de segurança, escolhidos aleatoriamente; dois agentes prisionais, escolhidos aleatoriamente e a gerente de educação da Penitenciária.

5.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para a presente pesquisa empregaremos a análise de conteúdo de Bardin[32]. De acordo com Bardin (1995, p. 31) a análise de conteúdo

> É um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações

A análise de conteúdo de Bardin é dividida em três fases, são elas: a) pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A Pré-Análise é a fase de organização, sistematização e operacionalização de dados da pesquisa, nela existem algumas missões. Neste TCC utilizaremos a escolha dos documentos que serão submetidos a análise, no caso os questionários. Esta é a fase que também acontece a leitura flutuante[33].

Para a presente pesquisa utilizaremos como corpo documental os questionários respondidos pelas colaboradoras do Complexo Penitenciário de Florianópolis, são elas: três professoras; a gerente de saúde, ensino e promoção social; dois agentes penitenciário e um chefe de segurança. Os questionários foram aplicados, no mês de setembro e outubro, e coletados de duas maneiras: presencialmente e via e mail.

Em conformidade com Bardin (2016, p. 131) a segunda fase se refere a exploração do material, é uma fase longa, "consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. O material a ser explorado serão os questionários coletados com os colaboradores. Este TCC tem como um de seus objetivos apresentar as manifestações das colaboradoras sobre a importância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, portanto, utilizaremos categorias que classificarão suas manifestações e percepção de importância em relação à biblioteca.

---

[31] Nos próximos capítulos utilizaremos a palavra colaboradores para referir-se tanto as colaboradoras quanto aos colaboradores do Complexo Penitenciário de Florianópolis que participaram da pesquisa.
[32] Laurence Bardin
[33] Primeiro contato com os documentos da pesquisa.

As categorias são para Bardin (1997, p. 111) “rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”. A terceira etapa é a análise, categorização das respostas e apresentação dos resultados, para isso as seguintes características foram instituídas: Vivência e experiência em bibliotecas; Percepção em relação à Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis e; Papel da Biblioteca e atendimento às apenadas.

5.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Utilizamos para coleta de dados, questionários com oito perguntas[34] estruturadas e abertas relacionadas à idade, sexo, dados de escolaridade, a importância da biblioteca, projetos relacionados as leituras entre outras. Alguns questionários foram remetidos por e-mail e outros coletados pessoalmente com os colaboradores do Complexo Penitenciário de Florianópolis.

A pesquisa tem como benefícios a identificação da manifestação dos colaboradores referente à biblioteca e a partir disso, fornecerá subsídios para divulgação da mesma e potencialização de seus serviços, visando inclusive a remição da pena por meio da leitura.

[34] Questionário disponível no apêndice A.

6 A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS SEGUNDO SEUS COLABORADORES

Abordaremos nesta seção, as manifestações dos colaboradores sobre a importância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis. Para isso, utilizaremos três categorias anteriormente descritas: 1. Vivência e experiência em bibliotecas; 2. Percepção em relação à Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis e; 3. Papel da Biblioteca e atendimento às apenadas.

Para tal, antes de trabalharmos cada categoria, carece-se entendermos um pouco mais sobre a caracterização dos participantes da pesquisa. O questionário[35] foi respondido por seis colaboradores do Complexo Penitenciário de Florianópolis no período de setembro a outubro de 2017. O questionário continha uma parte para caracterização do entrevistado, visando coletar dados sobre idade, identidade de gênero, escolaridade e cargo.

Em relação ao gênero dos entrevistados, três são femininos e três são masculinos. Além disso, apresentam idade entre 30 a 45 anos. No que se refere à escolaridade dos entrevistados, dois possuem graduação completa; uma conta com ensino superior incompleto e duas dispõem de pós-graduação.

No que concerne aos cargos exercidos dentro do Complexo: duas pessoas são agentes penitenciárias; uma é chefe de segurança; uma pessoa é gerente de saúde, ensino e promoção social; outra é professora de matemática e assessora de direção do CEJA – Penitenciária de Florianópolis e outra pessoa é professora do sistema prisional.

Abaixo, então, apresentamos cada categoria com seus respectivos discursos e informações pertinentes que subsidiam o desenvolvimento desta pesquisa

6.1 VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS EM BIBLIOTECAS

Todos os entrevistados frequentaram bibliotecas dos mais diversos tipos, tais como: universitária, escolar, pública e prisional. Suas experiências com as bibliotecas, na maioria das vezes, foram para suprir alguma demanda que necessitavam.

Para uma das entrevistadas, segundo suas palavras, a sua experiência foi “adquirir, pesquisar e estudar os aprimoramentos” para compreender o papel da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis. Ressalta-se que esta colaboradora tem como atribuição a responsabilidade de gerir a educação na penitenciária e, portanto, a biblioteca está diretamente

sob sua supervisão, embora não tenha formação em Biblioteconomia. Esta entrevistada também frequentou biblioteca universitária na ocasião de sua formação profissional.

Outros entrevistados, relatam suas experiências no sentido de obter conhecimentos em diversas áreas por meio de pesquisas e estudos nas bibliotecas em que frequentaram. Apresentam também, suas vivências com as bibliotecas no período em que estavam no Ensino Médio, onde as suas professoras solicitavam trabalhos referente aos conteúdos ministrados nas disciplinas estudadas.

Os entrevistados explicitam a realização de empréstimos feitos nas bibliotecas que frequentaram e seus momentos de lazer, realizando leituras, conhecendo novos conteúdos, como uma das entrevistadas ressalta ‘viajando’ pelas histórias que ela lia.

Uma outra entrevistada conta sobre sua experiência nas bibliotecas, explicita o quanto sua Professora de Português (do ensino regular) incentivou seu hábito de ler e escrever (com isso, a entrevistada atualmente é autora dois livros) e hoje, perpassa sua aprendizagem e experiência em relação ao incentivo à leitura e a escrita aos seus alunos do Complexo Penitenciário. Essa mesma entrevistada auxiliou as bibliotecárias vinculada à uma instituição de ensino, a qual ela trabalhou como professora, na elaboração de projetos, na contação de histórias e na escolha, juntamente com as bibliotecárias, de materiais voltados para sua especialidade, literatura inglesa.

Nesse sentido, os participantes relataram suas experiências em bibliotecas ao longo de suas trajetórias profissionais e pessoais. Pode-se perceber que metade dos entrevistados manifestaram mais interesse em frequentar a biblioteca. Inclusive, verbalizaram esta experiência como “muito válida” e “positiva”.

6.2 PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO À BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS

A maioria dos entrevistados, frequenta a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, utilizando a mesma para realização de empréstimos de materiais, tanto para uso pessoal, quanto para trabalhar com as reeducandas dentro da sala de aula. Desta forma, a biblioteca tem sido utilizada para buscar materiais que atendam às solicitações feitas pelos reeducandos, já que elas não têm acesso à esta unidade de informação.

Como a biblioteca fica no prédio administrativo do Complexo e não está acessível à circulação das apenadas, o empréstimo de livros é realizado por meio de um memorando, autorizado pelo chefe de segurança.

No caso de um entrevistado, a Biblioteca subsidia o andamento do Projeto de Inclusão do Recluso à Leitura (PIRAL). Um dos objetivos deste Projeto é a distribuição de livros às reeducandas da instituição, no qual são enviados todos mês cerca de 100 livros do acervo para algumas alas da penitenciária. Destaca-se que está em andamento a aprovação da remição da pena por meio da leitura, sendo assim, futuramente, estas leituras contarão para diminuir a permanência no cárcere.

Outra percepção obtida por meio de um relato, foi a de uma entrevistada nunca ter utilizado a Biblioteca até o momento da entrevista pois "Não utilizo a biblioteca da Penitenciária, apenas dividimos o mesmo espaço (coordenação, sala dos professores e biblioteca) mas nunca emprestei livros".

Para os colaboradores da Penitenciária de Florianópolis que participaram da pesquisa, a Biblioteca deve ter um acervo organizado, emprestar livros, incentivar a leitura e mostrar sua importância e ainda, disponibilizar conhecimentos à comunidade carcerária (que para eles são somente os apenados do Complexo, não incluindo os colaboradores). Destaca-se que a penitenciária feminina, infelizmente, não é atendida por esta biblioteca[36].

Alguns entrevistados tecem algumas críticas em relação à falta de hábito dos colaboradores em geral de frequentar a Biblioteca, bem como a falta de tempo para isso. Percebemos por essa fala, há o interesse em ir à Biblioteca e incorporá-la no expediente laboral.

No que concerne aos serviços esperados pela Biblioteca, os entrevistados abordam os seguintes pontos: empréstimo aos leitores e colaboradores dos setores do Complexo Penitenciário de Florianópolis, já que atualmente, só algumas alas recebem os materiais, atendimento ao Projeto supracitado referente a distribuição de livros aos reeducandos, manutenção e organização do acervo, disponibilização e assessoria à palestras que irão incentivar a leitura, realização de oficinas e contação de histórias.

Ainda no que concerne à esta categoria, fora dos relatos coletados, acrescento que, no tempo em que realizei meu estágio curricular obrigatório, observei que as professoras frequentavam a biblioteca em suas horas de intervalo para realização de leituras pessoais, correção de provas e atividades realizadas pelos apenados, montagem de plano de aula, atualização das frequências e notas no sistema (já que a Biblioteca conta com computadores),

[36] A penitenciária feminina embora fique dentro do Complexo Carcerário, está geograficamente e isolada e tem sua própria biblioteca. Ademais, possui gerências de saúde, educação e promoção social distintas da penitenciária masculina. Segundo relatos de algumas pessoas, atualmente, a Biblioteca não está em condição de uso e de preservação dos materiais de seus acervos, e assim, dificultando o acesso dos materiais às reeducandas.

para descanso e lazer. A Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis está ligada, fisicamente, à sala das professoras e coordenação do CEJA.

6.3 PAPEL DA BIBLIOTECA E ATENDIMENTO ÀS APENADAS

No que diz respeito às ações voltadas à promoção da leitura aos apenados dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis os colaboradores apoiam. Nesse sentido, acrescentam e informam alguns pontos importantes que devem ser implementados ou aperfeiçoados na Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, são eles: auxiliar na interpretação de texto com atividades elaboradas juntamente com as professoras do Complexo.

Um dos apontamentos informados, diz respeito a "ocupação da mente" dos reeducandos com as informações provenientes dos itens bibliográficos, já que há procura e vontade de ler por parte dos reeducandos[37].

Outro ponto relatado, é que a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis continuará auxiliando na organização, separação e distribuição de livros para o Projeto PIRAL, que está em andamento, e posteriormente contribuirá no Projeto Remição de Pena pela Leitura, assim que for aprovado pelo juiz da Vara de Execuções Penais.

De acordo com os entrevistados, a Biblioteca tem papel fundamental no hábito e promoção da leitura, do constante aprendizado e da prática da escrita. Uma das entrevistadas ressaltou que não existe idade adequada para estudar. Para isso, segundo esta participante, a biblioteca pode oferecer contações de histórias, oficinas sobre escrita e leitura.

Por outro lado, alguns participantes manifestaram o interesse em utilizar a Biblioteca no dia-a-dia, realizando empréstimos pessoais e também, frequentando o ambiente da Biblioteca para leituras pessoais, descanso e lazer.

Nessa direção, a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis tem um papel socioeducativo e cultural. No que tange ao caráter educativo, destaca-se o suporte ao desenvolvimento dos projetos educacionais do CEJA, no fornecimento de materiais (livros, mapas, revistas, entre outros) para o uso na "cela" de aula e na promoção da leitura. E ainda, a biblioteca também tem papel social e cultural, enfatiza-se o seu potencial para promoção da leitura, no que diz respeito ao Projeto PIRAL e à remição da pena.

[37] Na ocasião de meu estágio, foi realizada uma conversa com os apenados responsáveis por cada ala prisional, onde foram solicitados alguns títulos e levantados os gostos literários dos reeducandos. Dessa forma, pude perceber que existe demanda informacional e gosto pela leitura.

Ademais, apenas um entrevistado mencionou estar “descrente sobre algum tipo de ressocialização de detentos através da leitura, porque pela minha experiência, nada feito por eles [os apenados], é feito de boa vontade. Tudo tem que ter uma vantagem, tudo tem que ter uma remição ou é um jeito deles conseguirem algum contato para conseguir algo para eles ou para facção”. Assim, percebe-se sua descrença em relação ao potencial educativo e transformador da leitura e de forma indireta, por esta lógica, a biblioteca não teria então, importância nessa ambiência. Entretanto, quando se perguntou sobre a importância da biblioteca, ele respondeu que achava ser importante.

6.4 IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS

A partir das categorias descritas, esta seção traz a discussão dos dados coletados sobre a manifestação de importância dos colaboradores sobre a biblioteca. Pode-se compreender que as percepções em relação à Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis estão focadas em torno dos serviços que serão prestados pela mesma.

Nessa direção, a Biblioteca é importante para esses colaboradores tendo em vista a organização de seu acervo e o empréstimo de livros. Tal atividade foi verificada de duas formas: empréstimo para uso pessoal dos colaboradores e empréstimo aos apenados.

O repasse de livros aos reeducandos, segundo os entrevistados, foi identificado de duas formas. A primeira para uso produtivo do tempo, no sentido de uma ação socioeducativa e cultural; e a segunda, visando a remição da pena por meio da leitura. Independente da finalidade do empréstimo, entende-se que a biblioteca tem papel central no incentivo à leitura e à escrita. Ações como estas são necessárias, visto que a maioria da comunidade carcerária brasileira, de acordo com o INFOPEN (2014), possui ensino fundamental incompleto (53%).

Diferentemente, desta visão, um entrevistado apenas, alegou não acreditar na ressocialização de detentos por meio da leitura, e dessa forma, indiretamente, atribui pouca importância ao papel da Biblioteca no cárcere. No entanto, já de conhecimento, que o ato de ler possui várias propriedades e atividades que irão trazer ao leitor prazer, habilidade de criar e obter conhecimentos, estimular a “criatividade e o raciocínio, capacidade de interpretação e interação social. Ademais, a leitura desperta o espírito crítico e promove a cidadania ativa, de forma que torna um indivíduo apto para reescrever a realidade e poder se mover com autonomia dentro dela. (FREIRE, 1989; BRITO, 2010; PETIT, 2008).

Portanto, percebemos o quanto a biblioteca, principalmente com a presença de um bibliotecário em sua equipe, é capaz de desenvolver ações socioeducativas e culturais que

contemplem a formação de leitores na comunidade carcerária e no quadro de colaboradores do Complexo.

Ao relembrarmos Carvalho (2015) as bibliotecas prisionais visam o estimular a leitura, e buscam a democratização do acesso aos livros, no sentido de desenvolverem atividades educativas e culturais que o contexto de ressocialização do apenado. Nesse sentido, faz importante o conhecimento dos bibliotecários atuando dentro destes espaços para mediarem a informação entre leitores e informação. E ainda, como por exemplo, para promover ações culturais como exposição com desenhos e materiais produzidos pelos reeducandos, conforme relatado por uma entrevista nesta pesquisa.

Constatamos também, que os entrevistados possuem consciência de que a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis tem como público-alvo principal os reeducandos do Complexo, já que a maioria dos participantes voltam seu olhar, em relação aos serviços e atividades, para a comunidade carcerária.

Além disso, percebemos por meio de um dos entrevistados que há o interesse dos colaboradores em frequentar esta Biblioteca. Para tanto, acreditamos que ações voltadas a divulgação, por meio da elaboração de materiais informativos sobre a importância da Biblioteca com vistas à formação de consciência tanto com dos reeducandos, quanto com dos colaboradores para o uso da biblioteca e incentivo à leitura. É essencial ainda, que estas ações se estendam na cultura organizacional da penitenciária buscando o apoio integral da instituição.

Nesse sentido, formações poderão ser realizadas (com funcionários e comunidade carcerária do Complexo Penitenciário de Florianópolis) evidenciando a conscientização do que é uma Unidade de Informação, das especificidades de uma biblioteca dentro da Penitenciária, seus objetivos, seus serviços prestados, horário de funcionamento, participação da bibliotecária em sala de aula e em outras alas dentro do Complexo, acesso à informação, incentivo e formação de leitoras e ainda, explicitar os benefícios desses espaços para as reeducandas que não tiveram contato fora do sistema prisional catarinense.

Ademais, não identificamos nas respostas das entrevistadas o relato da presença e a importância de bibliotecário dentro dos espaços de privação de liberdade. De acordo com a literatura apresentada durante este TCC, percebemos que as bibliotecas prisionais brasileiras não contam com bibliotecárias.

Lembramos ainda, que a LEP de 1984 prevê a existência de bibliotecas nas unidades penais entretanto, até agora, pouco se fala na categoria profissional, por meio de suas

associações e órgão de classe, sobre esta temática. Assim como, pouco tem se publicado nesta área, tendo em vista o levantamento feito para este TCC.

Por fim, os entrevistados explicitam a parceria com a UDESC por meio do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade, demonstram o quanto foi importante a participação do Programa no Complexo Penitenciário de Florianópolis, com as seguintes ações: implementação do vestibular da UDESC; organização e estrutura da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis; distribuição de livros pelo Complexo; doação de materiais; entre outros. Ressaltam a excelência do trabalho realizado pela equipe do Programa.

Além disso, pontuamos a importância de ações de extensão universitária, como o referido programa pois a partir delas, a biblioteca prisional ganha visibilidade da própria instituição penal, ações são planejadas em benefício dos apenados e os estudantes de Biblioteconomia têm a oportunidade de se aproximarem dessa realidade tão triste e quem sabe, futuramente, contemplarem esse novo campo de atuação em suas práticas.

7 CONCLUSÃO

Conforme apresentado neste Trabalho de Conclusão de Curso, o objetivo geral e o problema de pesquisa proposto no início do mesmo foram alcançados e encontram-se no sexto capítulo. Com relação aos objetivos específicos, os mesmos foram cumpridos da seguinte forma: no que concerne ao primeiro e segundo objetivos que visavam, descrever o histórico da Biblioteca e as atividades desenvolvida pela mesma, foram apresentados na seção quatro deste trabalho. Quanto aos objetivos que visavam identificar as colaboradoras e as funções no Complexo Penitenciário de Florianópolis e apresentar a manifestação das mesmas referente a Biblioteca da Penitenciária, os mesmos são apresentados na seção seis. Com relação ao objetivo que visava contextualizar as bibliotecas prisionais no Brasil e no mundo conforme a literatura da área, estão descritos na seção três.

Encontramos algumas limitações enquanto realizávamos esta pesquisa, são elas: o reajuste dos procedimentos metodológicos a serem aplicados, visto que a primeira opção escolhida havia sido o Discurso do Sujeito Coletivo. No entanto, precisaríamos da autorização para a gravação das entrevistas com as colaboradoras do Complexo, mas não obtivemos a anuência dos gestores da instituição para realizarmos as entrevistas. Por este motivo, decidimos por utilizar a Análise de Conteúdo, baseada na análise dos questionários aplicados com as referidas colaboradoras.

Outra limitação ocorrida para esta pesquisa foi a escassa produção de materiais bibliográficos na temática de bibliotecas prisionais. Além disso, destacamos as dificuldades no que concerne à baixa colaboração por parte de algumas funcionárias do Complexo Penitenciário de Florianópolis com a demora nas respostas ao questionário ou não nos responderam.

Enquanto desenvolvimento de pesquisas que trabalhem com esta temática pretendo expandi-la em projeto de mestrado e posteriormente doutorado, visando analisar a implementação de uma rede de bibliotecas prisionais em Santa Catarina, e talvez no Brasil, abrangendo todas as Penitenciárias. Outra sugestão para posteridade, é verificar a percepção das reeducandas em relação às Bibliotecas introduzidas nos sistemas prisionais brasileiros.

Portanto, as bibliotecas prisionais estarão suprindo as necessidades informacionais da comunidade carcerária, visto que a LEP nº 7210 de 1984 determina a assistência educacional aos reeducandos. Além disso, a disseminação da informação dentro dos espaços de privação de liberdade aos apenados faz com que eles saibam seus direitos e deveres, envolve a comunidade carcerária com o ensino e a educação, auxilia na elaboração de projetos de vida e

em novas perspectivas e oportunidades para enquanto estiverem dentro dos espaços de privação de liberdade, quanto para fora dos mesmos. Auxiliará em momento de lazer e ações que envolvam as famílias e as visitas, incentiva à leitura e à escrita, à formação acadêmica e a prestar os vestibulares das Universidades que atuam dentro desses espaços.

Concluo que as bibliotecas prisionais, quando implementadas, podem ser importantes instrumentos de transformação social e de vida de apenados e ex-apenados e que é necessária a realização de ações que visem à sua implementação e manutenção dentro dos sistemas prisionais brasileiros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. **Programa Novos Horizontes**: a Universidade nos espaços de privação de liberdade. 2016. Disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=245765>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ASHWORTH, Wilfred. **Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos**. Lisboa: Calouste Gilbenkian, 1967.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade, edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Brasil: Abnt, 2004. 105 p. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_24.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016. 220 p.

BENEDUZI, Andréa Campello. **Bibliotecas especiais:** a biblioteca hospitalar como um repositório de saúde e bem-estar ao alcando do paciente. 2004. 71 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18721/000457501.pdf>. Acesso em: 09 maio 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Apresentação.** Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao>. Acesso em: 11 maio 2017.

BOWE, Carole. Recent Trends in UK Prison Libraries. **Library Trends,** Illinois, v. 59, n. 3, p. 427-445, jan. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940. **Decreto-lei**. Brasília, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 06 maio 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 7.210, de 11 de Julho de 1984**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 18 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12.244, de maio de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12.433, de 29 de Junho de 2011**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm>. Acesso em: 04 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.163, de 09 de Setembro de 2015**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13163.htm>. Acesso em: 18 maio 2016.

BRITO, Danielle Santos de. A importâcia da leitura na formação social no indivíduo. **Periódico de Divulgação Científica da Fals,** São Paulo, v. 0, n. 8, p.1-35, jun. 2010. Disponível em: <http://www.fals.com.br/revela12/Artigo4_ed08.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

CABRAL, Maria Raimunda de Lira. **Atuação em bibliotecas prisionais:** percepção de formandos em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2010. 100 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; GARCÊS, Franciéle Carneiro; LIMA, Graziela dos Santos. Biblioteca de Referência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina: Avaliação dos Empréstimos entre 2008-2013. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.19, n.1, p. 102-110, jan./jun., 2014.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCKE, Karla Leandro (Org.). **Formação de professores:** produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014. 248 p.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos; COSTA, Amabile. Utilização do Facebook como meio de divulgação de Fontes de Informação pela Biblioteca de Referência NEAB/UDESC. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 34-40, jan./abr., 2015.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; COSTA, Amabile; LIMA, Graziela dos Santos. Os interagentes da Biblioteca de Referência NEAB/UDESC: Avaliação de biblioteca especializada em temática africana, afro-brasileira e indígena. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 452-462, set./dez., 2015.

CARVALHO, Cristina de. **Bibliotecas em presídios femininos:** experiências com projetos de leitura. [Trabalho de conclusão de curso]. São Paulo: UNIFAI – Centro Universitário Assunção, 2015.

CARVALHO, Jonathas. **Bibliotecas prisionais.** 2016. Disponível em: <http://biblioo.cartacapital.com.br/bibliotecas-prisionais/>. Acesso em: 20 maio 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **A visão do Ministério Público brasileiro sobre o sistema prisional brasileiro.** Brasília: CNMP, 2013. 320 p. Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/sistema-prisional.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017.

COSTA, Amabile et al. Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário.**Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p.874-886, nov. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1256/pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.

DEPARTAMENTO DE ADMINSITRAÇÃO PRISIONAL (Santa Catarina). **Unidades prisionais.** Disponível em: <http://www.deap.sc.gov.br/index.php/unidades-prisionais>. Acesso em: 06 maio 2017.

DIAS, Fábio Coelho. A penitenciária de Florianópolis e sua evolução no tempo. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 81, out 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8454>. Acesso em: 17 maio 2017.

EIRAS, Bruno Duarte. Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. In: 9° CONGRESSO DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9., 2007, Açores. **Anais... .** Açores: Apbad, 2007. p. 1 - 7. Disponível em: <http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM59.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

EMPÓRIO DO DIREITO. **Entrevista: Dr. Luciano Góes fala sobre racismo e Justiça Criminal.** 2017. Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/entrevista-dr-luciano-goes-fala-sobre-racismo-e-justica-criminal/>. Acesso em: 29 abr. 2017.

FACCIOLLA, Alexandre. **Leituras do cárcere:** Desde 2012, projeto reduz pena de detentos por meio da leitura; veja quais são os livros mais lidos nas penitenciárias. 2015. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/0/leituras-do-carcere-308878-1.asp>. Acesso em: 21 maio 2016.

FARIELLO, Luiza de Carvalho. **Remição pela leitura já é realidade em diversos presídios brasileiros.** 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79760-remicao-pela-leitura-ja-e-realidade-em-diversos-presidios-brasileiros>. Acesso em: 21 maio 2016.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais.** 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B2Hm0_peHrC_cGx2MXR0MFhIcms/view>. Acesso em: 22 maio 2017.

FERREIRA, Manuella Marinho; SILVA, Gabriela Pereira da. Biblioteca comunitária semeando saberes: uma proposta metodológica de ensino – aprendizagem. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14., 2011, Maranhão. **Anais... .** Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2011. p. 1 - 12. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SEMEANDO SABERES uma proposta metodológica de ensino – aprendizagem.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. São Carlos: Serviço de Biblioteca e Informação, 2002. 127 p. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014. 300 p.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem:** O que bem se diz... bem se entende. Minas Gerais: Unifem, 2006. 73 p.

Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989. 49 p.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Racismo institucional:** uma abordagem conceitual. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2006. 55 p. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Educação de Jovens e Adultos - EJA:** ensino fundamental e ensino médio. Rondônia: Secretaria de Estado da Educação, 2013. 364 p. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2013/02/EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS-EJA.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

INGS, Catherine; JOSLIN, Jennifer. Correctional Service of Canada Prison Libraries from 1980 to 2010. **Library Trends,** Illinois, v. 59, n. 3, p.386-408, jan. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos:** RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR. Rio de Janeiro: Ibge, 2007. 40 p. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/publicacoes/relatorioIBGE_pdf>. Acesso em: 09 maio 2017.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Pautas para servicios bibliotecarios para reclusos.** [s. d.]: IFLA, 2007. 24 p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/99.pdf>. Acesso em: 27 maio 2017.

LEHMANN, Vibeke. Challenges and Accomplishments in U.S. Prison Libraries. **Library Trends,** Maryland, v. 59, n. 3, p. 490-508, dez. 2011. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/article/420684/pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

Ljødal, Hilde Kristin; Ra, Erlend. Prison Libraries the Scandinavian Way: An Overview of the Development and Operation of Prison Library Services. **Library Trends,** Illinois, v. 59, n. 3, p.473-489, jan. 2011.

LOPES, Hálisson Rodrigo; PIRES, Gustavo Alves de Castro; PIRES, Carolina Lins de Castro. Organização penitenciária e os tipos de estabelecimentos prisionais no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 120, jan. 2014. Disponível em: < http://www.ambito- juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14117 >. Acesso em 04 maio 2016.

MACHADO, Ana Elise Bernal; SOUZA, Ana Paula dos Reis; SOUZA, Mariani Cristina de. Sistema Penitenciário Brasileiro: origem, atualidade e exemplos funcionais. **Revista do**

Curso de Direito, São Paulo, v. 10, n. 10, p.202-2012, jan. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/viewFile/4789/4073>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MARCONDES, Carlos H. et al (Org.). **Bibliotecas digitais:** saberes e práticas. Brasília: IBICT, 2005. 278 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1013/1/Bibliotecas Digitais.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

MILANESI, Luis. **O que é Biblioteca.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 110 p.

MÉNDEZ, Juan E.. **Relator da ONU condena prática de tortura e 'racismo institucional' nos presídios brasileiros.** 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-condena-pratica-de-tortura-e-racismo-institucional-nos-presidios-brasileiros/>. Acesso em: 29 abr. 2017.

MOURA, Tatiana Whately de; RIBEIRO, Natália Caruso Theodoro. **Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN).** [s.l]: Ministério da Justiça, 2014. 148 p. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2017.

NAKANE, Kenichi. "Prison Libraries" in Japan: The Current Situation of Access to Books and Reading in Correctional Institutions. **Library Trends,** Illinois, v. 59, n. 3, p.446-459, jan. 2011.

NAKAYAMA, Andréa Rettig. **O trabalho de professores/as em "um espaço de privação de liberdade":** necessidades de formação continuada. 2011. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94745/296966.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 maio 2017.

OLIVEIRA, Catarina. **Agente penitenciário.** 2010. Disponível em: <https://www.infoescola.com/profissoes/agente-penitenciario/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalção: UFG, 2011. 72 p.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura:** uma nova. São Paulo: Ed. 34, 2008. 192 p.

PESCHERS, Gerhard. Books Open Worlds for People Behind Bars: Library Services in Prison as Exemplified by the Münster Prison Library, Germany's "Library of the Year 2007". **Library Trends,** Illinois, v. 59, n. 3, p.520-543, jan. 2011.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação.** Rio de Janeiro: IBICT, 2014. 384 p. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesauro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1>. Acesso em: 23 maio 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo:

Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book Metodologia do Trabalho Cientifico.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

PROFESSIONALS, Chartered Institute Of Library And Information. **About.** Disponível em: <https://www.cilip.org.uk/prison-libraries-group/about>. Acesso em: 09 jun. 2017.

REMENTERÍA PIÑONES, José Ariel y MIRANDA NÚÑEZ, Macarena. El libro-recluso. Las bibliotecas en el sistema penitenciario chi-
leno actual. **Revista Interamericana de Bibliotecología** 2014, vol. 37, n° 1, pp. 47-66.

SANTOS, Marivaldina Bulcão dos. Biblioteca universitária: acesso à informação e conhecimento. In: XVII SNBU, 17., 2012, Gramado. **Anais... .** Gramado: SNBU, 2012. p. 1 - 12. Disponível em: <http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QHV.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

SANTOS, Thandara (Org.). **Levantamento nacional de informações penitenciárias:** INFOPEN atualização - junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. 65 p.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. **Plano Estadual de Educação em Prisões.** Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2012. 96 p. Disponível em: <http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/educacao-no-sistema-prisional/planos-estaduais-de-educacao-nas-prisoes/peep_sc-cd-mec.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017.

SHIRLEY, Glennor. **Censorship and Prison Libraries.** 2007. Disponível em: <http://olos.ala.org/columns/?p=100>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Tipos de bibliotecas.** Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>. Acesso em: 11 maio 2017.

SOUSA, Caroline de São Leão. **A entrevista inicial no processo de trabalho do assistente social na Penitenciária Estadual de Florianópolis.** 2015. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Cap. 2. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/156674>. Acesso em: 03 mar. 2017.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Prática Profissional e Ética.** 2014. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=875>. Acesso em: 25 maio 2016.

TONIN, Jaciana de Holanda Costa; SOUZA, Edivanio Duarte de. A seleção de fontes de informação em Bibliotecas Prisionais do Estado de Alagoas: do direito às condições de acesso à informação do usuário apenado. **Ciência da Informação em Revista,** Maceió, v. 1, n. 1, p.47-63, jan. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1303/904>. Acesso em: 20 maio 2017.

TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais:** conceitos, objetivos e atribuições. 2009. 118 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em:

<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf>. Acesso em: 09 maio 2017.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil:** lições da prática. Brasília: Unesco, 2008. 207 p.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas.** Paris, 1994. 3 p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. São Paulo, 2000. 4 p. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

ZYBERT, Elzbieta Barbara. Prison Libraries in Poland: Partners in Rehabilitation, culture and Education. **Library Trends,** Illinois, v. 59, n. 3, p.409-426, jan. 2011.

APÊNDICE

Questionário.

Idade: _____

Escolaridade: _____

Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outros: _____

Cargo: _____

1) Você frequentou alguma Biblioteca? Quais tipos (pública, universitária, comunitária, escolar, prisional, entre outras)?

2) Qual foi sua experiência nessas Bibliotecas?

3) Como foi a sua vivência com bibliotecas?

4) Você frequenta a biblioteca da Penitenciária Estadual de Florianópolis ou já precisou de alguma ação dela?

5) Na sua concepção, para que e para quem existe esta biblioteca?

6) Quais serviços você espera dela?

7) Você acha importante ações voltadas aos apenados e apenadas visando a promoção de leitura e a formação de leitores? Por quê?

8) Deseja falar mais alguma coisa? Fique à vontade!!